

QUESTÕES RESOLVIDAS:

Conhecimentos Bancários

Autor: Leonardo Costa Passos

Data: junho 2023

Coleção de 90 questões de concurso da Banca CESGRANRIO
debulhadas no detalhe de cada item e com classificação por cores
da disciplina Conhecimentos Bancários da banca CESGRANRIO.

*Se o conteúdo for útil na sua jornada de estudos você pode me
agradecer fazendo um PIX de um valor que considere justo para a
seguinte chave:*

leonardx@gmail.com

1. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assinale a alternativa CORRETA:

a) Operador: pessoa jurídica, de direito privado, exclusivamente, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador

INCORRETA. O operador não se restringe apenas a pessoas jurídicas de direito privado. O operador pode ser uma pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

b) Titular: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

INCORRETA. O titular é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. Portanto, o conceito não se aplica a pessoas jurídicas, nem a quem toma decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

c) Controlador: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento

INCORRETA. O controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que toma as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Portanto, a definição apresentada na alternativa se refere ao titular, e não ao controlador.

d) Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

CORRETA. O encarregado é a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Essa figura também é conhecida como Data Protection Officer (DPO).

e) Agentes de fiscalização: o controlador e o operador

INCORRETA. Os agentes de fiscalização não são o controlador e o operador. A fiscalização é realizada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que é responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.

2. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, em seu artigo 7º esclarece que o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses, **exceto**:

a) Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular

CORRETA. De acordo com o inciso I do artigo 7º, o tratamento de dados pessoais pode ser realizado mediante consentimento do titular.

b) Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador

CORRETA. Conforme o inciso II do artigo 7º, o tratamento de dados pessoais é permitido para cumprir obrigações legais ou regulatórias a cargo do controlador.

c) Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais

CORRETA. O inciso IV do artigo 7º autoriza o tratamento de dados pessoais para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, desde que, sempre que possível, sejam anonimizados.

d) Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados

CORRETA. O inciso V do artigo 7º permite o tratamento de dados pessoais quando necessário para a execução de um contrato ou procedimentos preliminares relacionados a um contrato, a pedido do titular dos dados.

e) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular, exceto de terceiro

INCORRETA. De acordo com o inciso VI do artigo 7º, o tratamento de dados pessoais é permitido para proteger a vida ou a incolumidade física do titular ou de terceiro. Portanto, a proteção se estende também aos terceiros e não apenas ao titular dos dados.

3. Acerca Processo administrativo de responsabilização previsto na Legislação anticorrupção: Lei 12.846/13 e Decreto 11.129/2022, a Controladoria-Geral da União poderá exercer, a qualquer tempo, a competência concorrente para instaurar e julgar PAR e exclusiva para avocar os processos instaurados, se presente a seguinte circunstância:

a) Caracterização de omissão da autoridade originariamente competente

CORRETA. Conforme o art. 10-A do Decreto 11.129/2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) poderá exercer, a qualquer tempo, a competência concorrente e exclusiva para avocar os processos instaurados quando houver a caracterização de omissão da autoridade originariamente competente.

b) Existência de condições subjetivas para sua realização no órgão ou na entidade de origem

INCORRETA. A legislação não menciona a existência de condições subjetivas como motivo para a CGU exercer sua competência concorrente e exclusiva.

c) Falta de complexidade, repercussão e relevância do sujeito

INCORRETA. A legislação não cita a falta de complexidade, repercussão ou relevância do sujeito como critério para a CGU exercer sua competência concorrente e exclusiva.

d) A quantidade dos contratos mantidos pela pessoa física com o órgão ou com a entidade atingida

INCORRETA. A quantidade de contratos mantidos pela pessoa física com o órgão ou entidade atingida não é mencionada como critério para a atuação da CGU nesse contexto.

e) Apuração que envolva somente fatos relacionados com um órgão ou entidade da administração pública federal

INCORRETA. A legislação não menciona a limitação da apuração a fatos relacionados apenas a um órgão ou entidade da administração pública federal como critério para a CGU exercer sua competência concorrente e exclusiva.

4. À luz do que prevê a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, marque a alternativa que traz a definição INCORRETA:

a) Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados

CORRETA. Esta alternativa descreve corretamente o uso compartilhado de dados, conforme previsto na LGPD, destacando que tal compartilhamento ocorre no cumprimento de competências legais, tanto entre órgãos e entidades públicos quanto entre esses e entes privados, ou mesmo entre entes privados.

b) Dado anonimizado: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo

INCORRETA. Esta alternativa apresenta a definição de ANONIMIZAÇÃO de dados.

c) Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento

CORRETA. Esta alternativa fornece a definição adequada de "dado anonimizado", de acordo com a LGPD. Dado anonimizado é um dado que, mediante a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis, não pode ser associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo.

d) Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional

CORRETA. A alternativa descreve corretamente a "Autoridade Nacional" (Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD) como o órgão responsável por garantir, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território brasileiro.

e) Relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco

CORRETA. O relatório de impacto à proteção de dados pessoais é uma documentação exigida pela LGPD, que detalha os processos de tratamento de dados que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais. Além disso, o relatório deve apresentar as medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

5. Com base Lei Complementar nº 105/2001, que trata do sigilo bancário, o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, em suas áreas de competência, poderão firmar convênios com bancos centrais ou entidades fiscalizadoras de outros países, objetivando:

a) A cooperação mútua e o intercâmbio de informações para a investigação de atividades ou operações que não impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores imobiliários relacionados com a prática de condutas lícitas

INCORRETA. A cooperação e o intercâmbio de informações visam à investigação de atividades ou operações relacionadas à prática de condutas ilícitas, não lícitas.

b) A cooperação individualizada de informações para a investigação de atividades ou operações que impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores mobiliários relacionados com a prática de condutas ilícitas

INCORRETA. O objetivo é a cooperação mútua, não individualizada, para a investigação de atividades ou operações ilícitas.

c) A fiscalização de subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento no Brasil subsidiárias, no exterior, de instituições financeiras brasileiras, exceto filiais

INCORRETA. A fiscalização abrange tanto subsidiárias quanto filiais de instituições financeiras estrangeiras no Brasil e de instituições financeiras brasileiras no exterior.

d) A cooperação mútua, salvo o intercâmbio de operações que impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores mobiliários relacionados com a prática de condutas ilícitas

INCORRETA. O intercâmbio de informações é justamente para investigar operações que envolvam a prática de condutas ilícitas, contrariando o que é apresentado na alternativa.

e) A fiscalização de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento no Brasil e de filiais e subsidiárias, no exterior, de instituições financeiras brasileiras

CORRETA. A alternativa descreve corretamente o objetivo dos convênios, que é a fiscalização de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras no Brasil e de filiais e subsidiárias de instituições financeiras brasileiras no exterior. A Lei Complementar nº 105/2001 permite que o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) firmem convênios com bancos centrais e entidades fiscalizadoras de outros países, visando à cooperação mútua e ao intercâmbio de informações relacionadas à fiscalização de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras no Brasil e de filiais e subsidiárias de instituições financeiras brasileiras no exterior.

6. "O Sistema Financeiro Nacional diz respeito ao conjunto de instituições, públicas e privadas, que compõem o mercado financeiro brasileiro. O SFN possui como principal função realizar a ligação entre agentes deficitários da economia, que precisam de recursos emprestados, e os agentes superavitários, que dispõe de recursos para emprestar. O sistema financeiro é dividido entre dois principais tipos de instituições: as normativas e as operadoras.

O primeiro tipo possui como principal função estabelecer regras e diretrizes para o bom funcionamento do mercado. Já o segundo diz respeito às instituições que de fato operam ativamente no mercado. Muitas delas empresas privadas que buscam o lucro, como bancos e corretoras. Além das instituições financeiras os próprios investidores integram o SFN. Afinal, os investidores são uma peça crucial no mercado financeiro brasileiro."

Atua como operador do Sistema Financeiro Nacional a(o)

(A) Conselho Monetário Nacional – CMN.

ERRADO. O CMN é um órgão normativo que estabelece as diretrizes e regras para o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, não atuando como operador.

(B) administradora de consórcios.

CORRETO. As administradoras de consórcios são instituições financeiras privadas que atuam no mercado financeiro, intermediando a captação e a aplicação de recursos entre os agentes superavitários e deficitários, atuando como operadores.

(C) Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

ERRADO. A CVM é um órgão regulador que fiscaliza e estabelece normas para o funcionamento do mercado de valores mobiliários, não atuando como operador no mercado financeiro.

(D) Banco Central do Brasil – BCB.

ERRADO. O BCB, ou Banco Central, é uma autarquia federal responsável pela condução das políticas monetária e cambial, além de ser o principal regulador do sistema financeiro. Ele atua como órgão normativo e fiscalizador, não como operador.

(E) Superintendência

ERRADO. A alternativa não especifica qual superintendência está sendo mencionada, porém, de forma geral, superintendências são órgãos ou entidades reguladoras, e não operadoras no mercado financeiro.

7. “O Sistema Financeiro Nacional então compreende o conjunto de instituições e instrumentos que viabilizam o fluxo financeiro de recursos entre poupadores e os tomadores de recursos na economia. Como, ao longo dos anos, diferentes instrumentos foram sendo desenvolvidos, com características diferentes, costuma-se dividir o mercado financeiro em quatro grandes mercados: (1) o mercado monetário; (2) o mercado de câmbio; (3), o mercado de crédito e (4) o mercado de capitais.”

As transferências de recursos a curtíssimo prazo, em geral de apenas um dia, como, por exemplo, as realizadas entre as próprias instituições financeiras ou entre elas e o Banco Central, são realizadas no chamado mercado

(A) de crédito.

INCORRETA. O mercado de crédito é onde ocorrem operações de empréstimos e financiamentos entre instituições financeiras e agentes econômicos. Essas operações não costumam ser de curtíssimo prazo, como as mencionadas na questão.

(B) cambial.

INCORRETA. O mercado cambial se refere às transações de moedas estrangeiras, como a compra e venda de dólares ou euros, e não está diretamente relacionado às transferências de recursos a curtíssimo prazo entre instituições financeiras ou entre elas e o Banco Central.

(C) monetário.

CORRETA. O mercado monetário é o segmento do mercado financeiro onde ocorrem operações de curto e curtíssimo prazo, como as transferências de recursos entre instituições financeiras e entre elas e o Banco Central. Essas operações têm como objetivo principal a regulação da liquidez da economia e a implementação da política monetária.

(D) de capitais.

INCORRETA. O mercado de capitais é o segmento onde ocorrem as operações envolvendo ações, debêntures e outros títulos emitidos por empresas, com o objetivo de captar recursos de longo prazo. Essas operações não estão relacionadas às transferências de recursos a curtíssimo prazo mencionadas na questão.

(E) de valores mobiliários.

INCORRETA. O mercado de valores mobiliários abrange um conjunto mais amplo de instrumentos financeiros, incluindo ações, debêntures e outros títulos, e não está focado em transferências de recursos a curtíssimo prazo.

8. “Muitos já devem ter ouvido falar de “recuperação de crédito”. E acredito que ao ouvir o termo, muitos visualizaram um grande ponto de interrogação. Mas calma, hoje você vai entender melhor sobre o que é isso e como funciona.

O processo de recuperação de crédito é feito por empresas especializadas em conseguir o pagamento de dívidas. Elas podem ser contratadas, por exemplo, por instituições financeiras para fazer a cobrança da pendência. As recuperadoras de crédito também costumam comprar dívidas de bancos ou financeiras. Assim, as contas não pagas passam a ser cobradas por essas empresas. E depois de negociar o pagamento, seu nome fica limpo, e você pode voltar ao mercado de crédito.”

A recuperação de crédito se caracteriza por procedimentos que envolvem:

(A) o objetivo de, além de quitar a dívida, também ajudar ao devedor a limpar nome dele, possibilitando que ele volte a conseguir crédito:

CORRETA. A recuperação de crédito envolve processos de negociação e pagamento de dívidas, com o objetivo de resolver a situação de inadimplência do devedor e permitir que ele volte a ter acesso ao crédito no mercado.

(B) a venda da dívida pelos bancos para empresas denominadas de recuperadoras de crédito:

INCORRETA. A venda de dívidas para empresas de recuperação de crédito é uma prática comum, mas não é a única forma de realizar a recuperação de crédito. Essas empresas também podem ser contratadas diretamente pelas instituições financeiras para atuar na cobrança das pendências.

(C) tornar um cliente adimplente em inadimplente:

INCORRETA. O objetivo da recuperação de crédito é justamente o oposto: transformar um cliente inadimplente em adimplente, por meio da negociação e pagamento das dívidas.

(D) conceder moratória ao devedor:

INCORRETA. A moratória refere-se a uma concessão de prazo adicional para o pagamento de uma dívida, o que não é o principal objetivo da recuperação de crédito. A recuperação de crédito busca negociar e receber o pagamento das dívidas para limpar o nome do devedor.

(E) necessariamente a criação de um setor para esta finalidade dentro de uma empresa:

INCORRETA. A recuperação de crédito pode ser realizada por empresas especializadas, sem que necessariamente exista um setor específico dentro de cada empresa para lidar com essa questão.

9. "O valor da taxa Selic foi mantido em 13,75% ao ano em dezembro de 2022. Esse percentual corresponde à expectativa de analistas pela manutenção da taxa. O valor foi definido no dia 7 de dezembro na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), mantendo-se no mesmo patamar das reuniões de setembro e outubro de 2022.

Foram 12 aumentos consecutivos entre março de 2021 e agosto de 2022. Isso causou a elevação de 11,75 pontos percentuais, já que a Selic saiu de seu piso histórico (2%) e atingiu um de seus patamares mais elevados.

O Comitê se manterá vigilante, e avaliará se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado conseguirá assegurar a convergência da inflação. Ou seja, se ela manterá o aumento de preços sob controle."

Tendo em conta a taxa Selic definida em dezembro de 2022, pode-se afirmar que os rendimentos proporcionados pela caderneta de poupança

(A) serão os mais atraentes que o investidor poderá encontrar no mercado financeiro.

ERRADO. Com a taxa Selic em 13,75% ao ano, outros investimentos de renda fixa podem ser mais atraentes do que a caderneta de poupança, como CDBs, LCIs, LCAs e títulos públicos.

(B) serão de 13,75% a.a., mensalizada, mais a variação da TR.

ERRADO. A remuneração da poupança não é igual à taxa Selic. Com a taxa Selic acima de 8,5% ao ano, a poupança rende 0,5% ao mês mais a variação da TR.

(C) possibilitarão ganhos efetivos para o investidor em relação à variação do dólar no mercado de câmbio.

ERRADO. A caderneta de poupança não está diretamente relacionada à variação do dólar no mercado de câmbio e não garante ganhos efetivos nesse sentido.

(D) estarão limitados a 0,5% a.m mais a variação da TR.

CORRETO. A remuneração da poupança é determinada pela seguinte fórmula: poupança = 70% da Selic + TR, quando a taxa Selic é igual ou menor que 8,5% ao ano. Quando a taxa Selic é superior a 8,5% ao ano, como no caso mencionado (13,75%), a remuneração da poupança fica limitada a 0,5% ao mês (6,17% ao ano) mais a variação da Taxa Referencial (TR). Com a taxa Selic em 13,75% ao ano, a remuneração da poupança estará limitada a 0,5% ao mês mais a variação da TR.

A TR, ou Taxa Referencial, é um índice econômico criado no Brasil em 1991 e utilizado como referência para a correção monetária de diversas aplicações financeiras, dentre as quais se inclui a caderneta de poupança. Ela é calculada e divulgada diariamente pelo Banco Central do Brasil.

(E) oferecerão ao investidor a possibilidade de migrar para a renda variável, possibilitando que os seus ganhos variem em função do comportamento futuro da taxa Selic meta.

ERRADO. A poupança é um investimento de renda fixa e não oferece a possibilidade de migrar para a renda variável. Os ganhos da poupança não variam em função do comportamento futuro da taxa Selic meta.

10. A Letra do Tesouro Nacional (LTN) é um título público federal, emitido com determinado valor nominal ou de face, que será pago ao seu detentor quando ocorrer o seu vencimento.

A LTN, portanto,

(A) é inegociável no mercado secundário de títulos.

ERRADO. A LTN é negociável no mercado secundário de títulos, o que permite aos investidores comprarem e venderem esses títulos antes do vencimento.

(B) mantém a remuneração real de seu comprador, se ocorrer uma inflação maior do que a inflação esperada na ocasião da emissão do título.

ERRADO. A LTN é um título prefixado, ou seja, seu rendimento é fixado no momento da compra e não é ajustado pela inflação. Se a inflação for maior do que a esperada, a remuneração real do título pode ser afetada negativamente.

(C) é um título de longo prazo, em geral superior a 20 anos.

ERRADO. A LTN é um título de curto e médio prazo, com vencimentos que variam de meses a alguns anos. Títulos de longo prazo, como mencionado na alternativa, são normalmente representados pelas NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional Série B), que têm prazos de vencimento superiores a 20 anos.

(D) aumenta de valor, no mercado secundário de títulos, se houver uma queda na taxa de juros básica da economia.

CORRETO. Quando a taxa de juros básica da economia cai, os títulos prefixados, como a LTN, tendem a se valorizar no mercado secundário. Isso ocorre porque os títulos existentes passam a ser mais atrativos em comparação aos novos títulos que serão emitidos com taxas de juros mais baixas.

(E) figura comumente no passivo dos bancos comerciais.

ERRADO. A LTN não figura comumente no passivo dos bancos comerciais. Os bancos podem manter esses títulos em seu ativo, como investimentos ou garantias, mas não em seu passivo. O passivo de um banco inclui principalmente os depósitos dos clientes, empréstimos tomados e outros instrumentos financeiros emitidos pelo banco.

11. A base monetária da economia brasileira é definida de forma a incluir no seu total

(A) os depósitos à vista nos bancos comerciais

ERRADO. Os depósitos à vista nos bancos comerciais são parte do M1, que é uma medida mais ampla da oferta de moeda. A base monetária é uma medida mais restrita.

(B) o montante de moeda manual emitida

CORRETO. A base monetária inclui a moeda em circulação, ou seja, moedas e cédulas nas mãos do público.

(C) os títulos emitidos pelo Banco Central

ERRADO. Os títulos emitidos pelo Banco Central, como as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), são instrumentos de política monetária e fazem parte do mercado aberto, mas não compõem a base monetária.

(D) os empréstimos de curto prazo concedidos pelos bancos

ERRADO. Os empréstimos de curto prazo concedidos pelos bancos fazem parte do crédito bancário e são uma forma de expansão da oferta monetária. No entanto, eles não compõem a base monetária.

(E) a dívida do setor público

ERRADO. A dívida do setor público é composta por títulos emitidos pelo governo para financiar seus gastos. Essa dívida não faz parte da base monetária.

A base monetária da economia brasileira inclui:

- **Moeda em circulação:** cédulas e moedas em poder do público.
- **Reservas compulsórias:** recursos que os bancos comerciais são obrigados a manter junto ao Banco Central, em forma de depósitos ou títulos públicos.
- **Reservas voluntárias:** recursos que os bancos comerciais mantêm junto ao Banco Central, além das reservas compulsórias.

A base monetária é controlada pelo Banco Central e é um dos principais instrumentos de política monetária. Alterações na base monetária podem afetar a oferta de moeda, a taxa de juros e a inflação na economia.

12. O crédito direto ao consumidor é um empréstimo, concedido por uma instituição financeira, para pessoas que desejam, por exemplo,

(A) proteger seus recursos de variações cambiais.

ERRADO. O crédito direto ao consumidor não tem como objetivo principal proteger os recursos de variações cambiais.

(B) comprar um certificado de depósito bancário.

ERRADO. Um certificado de depósito bancário (CDB) é uma aplicação financeira, e o crédito direto ao consumidor é um empréstimo.

(C) aumentar suas aplicações em títulos de renda variável.

ERRADO. O crédito direto ao consumidor não tem como objetivo aumentar aplicações em títulos de renda variável.

(D) aplicar seus recursos em moeda estrangeira.

ERRADO. O crédito direto ao consumidor não tem como objetivo aplicar recursos em moeda estrangeira.

(E) comprar um veículo automotivo.

CORRETO. O crédito direto ao consumidor é um tipo de empréstimo concedido por instituições financeiras para financiar a aquisição de bens, como veículos automotivos, entre outros.

13. A principal diferença entre a taxa de câmbio nominal e a taxa de câmbio real é que a taxa de câmbio:

(A) real não afeta a competitividade dos produtos produzidos no país.

ERRADO. A taxa de câmbio real tem um impacto direto na competitividade dos produtos produzidos no país, pois leva em consideração a taxa de câmbio nominal ajustada pela inflação dos dois países.

(B) nominal determina a competitividade efetiva dos produtos exportados do país.

ERRADO. A taxa de câmbio nominal é importante, mas a competitividade efetiva dos produtos exportados é determinada pela taxa de câmbio real.

(C) real é o preço da moeda nacional relativamente ao preço da moeda estrangeira, de acordo com a cotação no mercado de câmbio.

ERRADO. Essa descrição se refere à taxa de câmbio nominal, não à taxa de câmbio real.

(D) real é determinada pela paridade real do poder de compra da moeda nacional em relação ao poder de compra da moeda estrangeira, pressupondo que os preços dos bens produzidos nos dois países sejam expressos numa mesma unidade monetária.

CORRETO. A taxa de câmbio real leva em consideração o poder de compra da moeda nacional em relação à moeda estrangeira, ajustando a taxa de câmbio nominal pela inflação dos dois países.

(E) nominal determina a competitividade efetiva dos produtos importados pelo país.

ERRADO. A taxa de câmbio nominal é importante, mas a competitividade efetiva dos produtos importados é determinada pela taxa de câmbio real.

Resumo sobre taxas de câmbio mais importantes:

- **Taxa de câmbio nominal:** é o preço de uma moeda em relação a outra, expressa em unidades de uma moeda estrangeira por unidade da moeda nacional. A taxa de câmbio nominal é determinada no mercado de câmbio.
- **Taxa de câmbio real:** é a taxa de câmbio nominal ajustada pela inflação dos dois países envolvidos. A taxa de câmbio real leva em consideração o poder de compra das moedas e é um indicador mais preciso da competitividade entre os produtos produzidos nos dois países.

14. Se os preços das mercadorias produzidas por dois países forem expressos numa mesma unidade monetária e todos os demais fatores permanecerem constantes, uma apreciação real da moeda de um país X em relação à moeda de um país Y provoca:

(A) aumento dos lucros esperados no país X

ERRADO. A apreciação real da moeda do país X não necessariamente leva a um aumento dos lucros esperados no país X, pois o encarecimento das exportações pode afetar negativamente a demanda por seus produtos.

(B) encarecimento das mercadorias exportadas pelo país X ao país Y

CORRETO. Uma apreciação real da moeda do país X em relação à moeda do país Y torna os produtos do país X mais caros em termos da moeda do país Y. Portanto, as mercadorias exportadas pelo país X ao país Y ficam mais caras.

(C) redução dos salários reais no país X

ERRADO. A apreciação real da moeda do país X não tem uma relação direta com a redução dos salários reais no país X.

(D) preços idênticos das mercadorias exportadas por ambos os países

ERRADO. A apreciação real da moeda do país X em relação à moeda do país Y afeta os preços relativos das mercadorias exportadas pelos dois países, mas não necessariamente resulta em preços idênticos.

(E) encarecimento das mercadorias exportadas pelo país Y ao país X

ERRADO. A apreciação real da moeda do país X em relação à moeda do país Y torna as mercadorias do país Y mais baratas em termos da moeda do país X. Portanto, as mercadorias exportadas pelo país Y ao país X ficam mais baratas, não mais caras.

15. Um funcionário de uma instituição financeira responsável pelo setor de cartões de crédito recebe a solicitação de um cliente para a emissão de cartão para ele, titular, e para uma amiga, que ficaria como sua dependente econômica.

Uma semana após o pedido, compareceu à agência a esposa do correntista, indagando sobre a emissão de cartões de crédito do seu esposo. Não sabendo o que fazer, o funcionário consulta a gerência.

Consoante a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o pedido da esposa deve ser indeferido, pois deve ser preservada ao correntista a sua:

(A) independência

ERRADO. A questão não trata da independência do correntista.

(B) negociação

ERRADO. A questão não trata da negociação entre o correntista e a instituição financeira.

(C) incomunicabilidade

ERRADO. A questão não trata da incomunicabilidade do correntista.

(D) liberdade

ERRADO. A questão não trata da liberdade do correntista.

(E) privacidade

CORRETO. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), a privacidade do correntista deve ser preservada. Portanto, o pedido da esposa deve ser indeferido, já que fornecer informações sobre a emissão de cartões de crédito do seu esposo violaria a privacidade do correntista.

16. O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira. É organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Assim, no quadro da organização da moeda, crédito, capitais e câmbio, das relações que se seguem, qual está CORRETA?

a) Normativo – Conselho Monetário Nacional; Supervisor – Banco do Brasil; Operador – Banco Central

ERRADO. O Banco do Brasil não atua como supervisor no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

b) Normativo – Conselho Monetário Nacional; Supervisor – Comissão de Valores Mobiliários; Operador – bancos múltiplos

CORRETO. O Conselho Monetário Nacional (CMN) atua como agente normativo, estabelecendo diretrizes gerais para o sistema financeiro. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um supervisor, fiscalizando o mercado de valores mobiliários. Os bancos múltiplos são operadores, atuando como intermediários financeiros.

c) Normativo – Comissão de Valores Mobiliários; Supervisor – Susep; Operador – Banco do Brasil

ERRADO. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não é agente normativo do SFN, e a Susep não atua como supervisor da CVM.

d) Normativo: Conselho Nacional de Previdência Complementar; Supervisor – Susep; Operador: Comissão de Valores Mobiliários

ERRADO. O Conselho Nacional de Previdência Complementar não é um agente normativo do SFN, e a Susep não supervisiona a Comissão de Valores Mobiliários.

e) Normativo: Banco Central; Supervisor – Comissão de Valores Mobiliários; Operador – Conselho Monetário Nacional

ERRADO. O Banco Central não é o agente normativo do SFN, e o CMN não atua como operador.

Subsistema normativo	CMN			CNSP	CNPC
	Órgãos normativos				
Supervisores	BCB		CVM	Susep	Previc
Operadores Subsistema de intermediação	Bancos	Administradoras de Consórcio	Bolsa de Valores	Seguradoras	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)
	Cooperativas de Crédito	Caixa Econômica	Bolsa de Mercadorias e Futuros	Resseguradoras	
	Instituições de Pagamento	Outras		Entidades abertas de previdência	
	Agência de Fomento	Corretoras e Distribuidoras		Sociedades de capitalização	

17. No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, a atribuição da realização dos serviços de meio circulante:

a) do Banco Central do Brasil.

CORRETO. A atribuição da realização dos serviços de meio circulante é do Banco Central do Brasil, responsável pela emissão e distribuição de cédulas e moedas no país.

b) do Ministério da Economia.

ERRADO. O Ministério da Economia não é responsável pela realização dos serviços de meio circulante.

c) da Secretaria do Tesouro Nacional.

ERRADO. A Secretaria do Tesouro Nacional não é responsável pela realização dos serviços de meio circulante.

d) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ERRADO. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não é responsável pela realização dos serviços de meio circulante.

e) do Conselho Monetário Nacional.

ERRADO. O Conselho Monetário Nacional não é responsável pela realização dos serviços de meio circulante.

18. O Balcão B3 é uma das denominadas Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF), por meio do qual

a) são custodiados títulos públicos mantidos em carteiras de fundos de investimento.

ERRADO. O Balcão B3 não é responsável pela custódia de títulos públicos mantidos em carteiras de fundos de investimento.

b) são registradas as transações de compra e venda de títulos emitidos por instituições financeiras.

CORRETO. O Balcão B3 é uma infraestrutura do mercado financeiro que registra as transações de compra e venda de títulos emitidos por instituições financeiras.

c) são transferidos os títulos para o comprador, em cada negociação, no prazo de 20 dias.

ERRADO. O prazo de 20 dias não é **CORRETO**. O Balcão B3 registra e liquida as transações, mas o prazo para a transferência dos títulos varia conforme o mercado e o tipo de título.

d) ocorrem transferências de reservas e fundos para as câmaras de compensação e liquidação.

ERRADO. O Balcão B3 registra as transações de compra e venda de títulos, mas não é responsável pelas transferências de reservas e fundos para as câmaras de compensação e liquidação.

e) há possibilidade de lançamentos retroativos até determinado horário limite no dia posterior.

ERRADO. O Balcão B3 registra as transações de compra e venda de títulos emitidos por instituições financeiras, mas não permite lançamentos retroativos.

19. Uma instituição financeira (A) está realizando uma operação de subscrição de títulos de emissão de uma empresa (A), para posterior revenda ao mercado. A instituição financeira (A) não está subscrevendo a emissão dos títulos e passando o risco para a instituição emissora, caso não consiga vendê-los. Essa operação é denominada de:

a) risco-zero.

ERRADO. A operação descrita não é conhecida como "risco-zero".

b) split.

ERRADO. "Split" refere-se à divisão de ações e não se aplica à operação descrita na questão.

c) garantia firme.

ERRADO. A garantia firme é uma operação em que a instituição financeira assume o risco de subscrever a emissão de títulos, garantindo o repasse dos recursos à empresa emissora. A questão descreve uma operação em que a instituição financeira não assume o risco.

d) block-trade.

ERRADO. "Block-trade" é uma negociação de grande volume de ações ou títulos realizada fora do mercado aberto, e não se aplica à operação descrita na questão.

e) Melhores esforços

CORRETO. A operação descrita é conhecida como "operação a melhores esforços" (best efforts), na qual a instituição financeira atua como intermediária na venda dos títulos emitidos pela empresa, sem garantir a subscrição da emissão e sem assumir o risco de não conseguir vendê-los. A instituição financeira compromete-se a realizar seus melhores esforços para vender os títulos no mercado.

20. Devido ser considerada de baixo risco e de fácil operacionalização, a poupança é um tipo de conta bancária utilizada com muita frequência pelas famílias brasileiras. Em relação à poupança, é CORRETO afirmar que

a) a caderneta recebe depósitos tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, sendo que sua abertura pode ser feita somente nos dias pares do mês.

ERRADO. A caderneta de poupança aceita depósitos de pessoas físicas e jurídicas, mas não há restrição de abertura apenas nos dias pares do mês.

b) a remuneração da aplicação para pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos é mensal e há incidência de imposto de renda (IR).

ERRADO. A remuneração da poupança para pessoas jurídicas é trimestral, e NÃO há incidência de imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos.

c) a remuneração para empresas (pessoas jurídicas com fins lucrativos) é trimestral e há incidência do imposto de renda.

CORRETO. A remuneração da poupança para pessoas jurídicas com fins lucrativos é TRIMESTRAL.



d) as instituições financeiras podem realizar a abertura e o encerramento de contas poupança por meio eletrônico, sendo necessária a presença do cliente na agência, no momento da abertura e/ou do encerramento.

ERRADO. Atualmente, as instituições financeiras podem abrir e encerrar contas poupança por meios eletrônicos, sem a necessidade de presença do cliente na agência.

e) a poupança é remunerada mensalmente por uma taxa de juros que pode variar de 0,5% a 1,5% (dependendo da taxa de inflação), aplicada sobre os valores atualizados pela TR (taxa referencial) na sua data de aniversário.

ERRADO. Não há regra referenciando 1,5%.

REGRA ANTIGA	REGRA NOVA	
0,5% a.m + TR	SELIC maior que 8,5% a.a	Rentabilidade da regra antiga
	SELIC igual ou menor que 8,5% a.a	70% da SELIC + a TR

21. O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de órgãos e instituições que regulamenta, supervisiona e realiza operações necessárias à circulação de moeda e de crédito na economia.

São entidade do subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional:

a) Conselho Monetário Nacional e Conselho Nacional de Justiça

ERRADO. O Conselho Nacional de Justiça não faz parte do subsistema normativo do SFN.

b) Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Monetário Nacional

CORRETO. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) são entidades que fazem parte do subsistema normativo do SFN.

c) Conselho Nacional de Seguros Privados e Conselho Nacional de Justiça

ERRADO. O Conselho Nacional de Justiça não faz parte do subsistema normativo do SFN.

d) Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional

ERRADO. O Banco Central do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional são entidades supervisoras e operadoras, respectivamente, e não pertencem ao subsistema normativo do SFN.

e) Conselho Nacional de Previdência Complementar e Banco do Brasil

ERRADO. O Banco do Brasil é uma instituição financeira e não faz parte do subsistema normativo do SFN.

22. NÃO Compete ao Banco Central do Brasil do Brasil (BCB)

a) executar a política monetária.

ERRADO. Executar a política monetária é uma das funções do Banco Central do Brasil.

b) executar do meio circulante.

ERRADO. O Banco Central do Brasil é responsável por executar o meio circulante.

c) fiscalizar as instituições financeiras.

ERRADO. Fiscalizar as instituições financeiras é uma das funções do Banco Central do Brasil.

d) emitir papel moeda e a moeda metálica.

ERRADO. A emissão de papel moeda e moeda metálica é uma função do Banco Central do Brasil.

e) registro de companhias abertas.

CORRETO. O registro de companhias abertas NÃO é uma função do Banco Central do Brasil. Essa função é exercida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

23. Se o multiplicador dos meios de pagamento em CORRETO país for igual a 3, isso significa que o(a)

a) total de empréstimos é o triplo dos depósitos nos bancos.

ERRADO. O multiplicador dos meios de pagamento se refere à relação entre os meios de pagamento e a base monetária, não diretamente aos empréstimos e depósitos.

b) taxa de inflação no país deve dobrar.

ERRADO. O multiplicador dos meios de pagamento não está diretamente relacionado à taxa de inflação.

c) total de meios de pagamentos é o triplo da base monetária.

CORRETO. O multiplicador dos meios de pagamento é uma medida que indica a proporção entre os meios de pagamento e a base monetária. Neste caso, se o multiplicador é igual a 3, isso significa que o total de meios de pagamento é o triplo da base monetária.

d) total de meios de pagamento é o triplo do PIB.

ERRADO. O multiplicador dos meios de pagamento não está diretamente relacionado ao Produto Interno Bruto (PIB).

e) velocidade-renda de circulação de moeda é 3.

ERRADO. O multiplicador dos meios de pagamento é diferente da velocidade-renda de circulação de moeda. A velocidade-renda de circulação de moeda mede a frequência com que a moeda circula na economia.

24. De acordo com a legislação brasileira, a fixação das metas de inflação anuais, bem como de seus respectivos intervalos de tolerância, é da competência do(a.)

a) Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

ERRADO. A CVM não é responsável pela fixação das metas de inflação.

b) Conselho Monetário Nacional

CORRETO. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável pela fixação das metas de inflação anuais e de seus respectivos intervalos de tolerância.

c) Banco Central do Brasil

ERRADO. O Banco Central do Brasil tem a responsabilidade de executar a política monetária para alcançar as metas de inflação estabelecidas pelo CMN, mas não fixa as metas em si.

d) Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC) do Banco Central do Brasil

ERRADO. A COMOC não é responsável pela fixação das metas de inflação.

e) Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil

ERRADO. O COPOM é responsável por definir a taxa de juros básica da economia (taxa SELIC) como instrumento para alcançar as metas de inflação estabelecidas pelo CMN, mas não fixa as metas de inflação em si.

25. A Lei Complementar n. 105/2001 define a quebra de sigilo e as hipóteses nas quais ele é autorizado. A ocorrência de quebra de sigilo, fora dessas hipóteses,

a) constitui crime e sujeita o responsável, sem prejuízo de outras sanções, a pena de reclusão.

CORRETO. De acordo com a Lei Complementar n. 105/2001, a violação do sigilo bancário fora das hipóteses autorizadas constitui crime e sujeita o responsável à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, conforme o Art. 10 da referida lei.

b) aplica-se exclusivamente ao servidor público causador dos danos.

ERRADO. A lei não se aplica exclusivamente a servidores públicos, mas a qualquer pessoa que viole o sigilo bancário fora das hipóteses autorizadas.

c) constitui contravenção penal punível com prisão simples.

ERRADO. A violação do sigilo bancário é considerada crime, e não contravenção penal.

d) constitui crime e sujeita o responsável exclusivamente a pena de detenção.

ERRADO. A violação do sigilo bancário sujeita o responsável à pena de reclusão, e não apenas de detenção.

e) não constitui crime, sujeitando o responsável a sanções administrativas e civis.

ERRADO. A violação do sigilo bancário é considerada crime, conforme estabelecido na Lei Complementar n. 105/2001.

26. O Banco Central é uma autarquia do Estado brasileiro que gere a política econômica do país. Ele não funciona como um banco comercial, como o Banco do Brasil ou o Itaú, e sim como um “banco dos bancos”, tendo como objetivo a manutenção do fluxo de recursos necessários ao bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. “Cumprindo bem sua função, de controle da inflação, o BC acaba permitindo que se tenha um crescimento sustentável. Impor ao BC uma obrigatoriedade de ter um ‘olho no peixe e outro no gato’ pode enfraquecer o controle da inflação, que é a tarefa precípua dos bancos centrais.” – Ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola para o Estadão.

Com autonomia concedida ao Banco Central do Brasil, por meio da Lei Complementar n. 179, de 24/02/2021, o Conselho Diretor do Banco Central do Brasil

(A) é composto pelo presidente e oito diretores, que passaram a ter mandatos fixos de quatro anos, não coincidentes com o mandato do Presidente da República.

CORRETO. A autonomia concedida ao Banco Central, através da referida Lei Complementar, estabelece que o Conselho Diretor seja composto pelo presidente e oito diretores com mandatos fixos e não coincidentes com o mandato presidencial.

(B) passou a ter independência para atuar do jeito que considerar mais adequado a fim de que o Sistema Financeiro Nacional alcance o seu objetivo fazer o dinheiro circular na economia brasileira.

ERRADO. Embora a autonomia tenha aumentado, o objetivo do Banco Central é garantir a estabilidade da moeda e do sistema financeiro, não apenas a circulação de dinheiro.

(C) livrou-se do vínculo que possuía com o Ministério da Economia, mas passou a ter vínculo direto com o Poder Executivo, ou seja, com a Presidência da República.

ERRADO. A autonomia concede ao Banco Central maior independência em relação ao Poder Executivo, e não um vínculo direto com a Presidência.

(D) ficou desobrigado de enviar carta aberta ao Ministro da Economia quando a inflação observada em determinado ano ficar fora da meta anual de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional.

ERRADO. A autonomia não isenta o Banco Central de prestar contas ao Ministério da Economia sobre a meta de inflação. Se a inflação ficar fora da meta, o Banco Central ainda deve enviar uma carta aberta ao Ministro da Economia explicando as razões e medidas a serem tomadas.

(E) recebeu a incumbência de definir a meta de inflação anual, com antecedência de três anos do ano a que a meta se referir.

ERRADO. A definição das metas de inflação anuais continua sendo de competência do Conselho Monetário Nacional.

27. O debate sobre os depósitos remunerados dos bancos comerciais no Banco Central do Brasil deixou de existir com a entrada em vigor da Lei n. 14.185, de 14/07/2021.

As instituições financeiras poderão depositar voluntariamente dinheiro no Banco Central (BC) em troca de uma remuneração e ajudando no controle da inflação. O órgão regulamentou hoje (19.08.21) os procedimentos para operar os depósitos voluntários remunerados. Segundo o órgão, o novo instrumento de política monetária poderá começar a ser usado na última semana de agosto, depois de testes na próxima semana. A data exata ainda será decidida pela diretoria do BC. "Com a nova ferramenta, o Banco Central aperfeiçoa a gestão da liquidez bancária e se equipara a outros importantes bancos centrais do mundo que já atuam com o instrumento", informou o BC em nota.

Com os depósitos voluntários remunerados, o Banco Central passou a contar com mais um instrumento de política monetária.

Com relação aos **depósitos voluntários remunerados**, pode-se afirmar corretamente que eles:

(A) impactam o endividamento público.

ERRADO. Os depósitos voluntários remunerados não afetam diretamente o endividamento público, pois são recursos disponibilizados pelos bancos ao Banco Central voluntariamente.

(B) ajudam no controle da inflação porque retiram dinheiro em circulação da economia.

CORRETO. Ao realizar depósitos voluntários remunerados, os bancos retiram dinheiro de circulação, o que contribui para o controle da inflação.

(C) geram impactos nos valores que devem ser recolhidos compulsoriamente pelos bancos na conta de Reserva Bancária no Banco Central do Brasil.

ERRADO. Os depósitos voluntários remunerados não têm relação direta com os valores recolhidos compulsoriamente pelos bancos.

(D) são utilizados como base para que o Copom – Comitê de Política Monetária defina periodicamente, com o intervalo em torno de 45 dias, a taxa selic-meta.

ERRADO. Os depósitos voluntários remunerados são um instrumento de política monetária adicional, mas não são a base para a definição da taxa Selic-meta pelo Copom. A taxa Selic-meta é definida com base em outros fatores, como a inflação, o crescimento econômico e as expectativas do mercado.

(E) exigem que o Banco Central do Brasil tenha títulos públicos federais disponíveis para lastrear essas operações.

ERRADO. Os depósitos voluntários remunerados não exigem que o Banco Central possua títulos públicos federais para lastrear essas operações, uma vez que são depósitos voluntários feitos pelos bancos comerciais.

28. O cooperativismo de crédito surgiu por volta de 1856, quando as comunidades rurais da Alemanha decidiram unir forças para ter um modelo próprio de gestão financeira. No Brasil, a chegada se deu em 1902, em Nova Petrópolis (RS). Na época, as cooperativas – especialmente as de crédito – não tinham leis e nem regulamentação. Foi somente em 1964, com o advento do Banco Central, que o cooperativismo de crédito foi formalizado no país. E nunca mais parou de crescer.

As cooperativas de crédito prestam serviços financeiros aos seus cooperados. Mas o propósito vai além disso. Temos como missão melhorar a qualidade de vida das pessoas. Todos que fazem parte da cooperativa são donos do negócio, participando ativamente da gestão e da tomada de decisões. Quando os cooperados vão para uma assembleia, têm que questionar, sugerir mudanças, apontar o que podemos melhorar. Porque a cooperativa também é deles.

As cooperativas de crédito se caracterizam por:

(A) atuarem basicamente no setor primário da economia, com o objetivo de fortalecer, aprimorar e estimular a produção rural.

ERRADO. As cooperativas de crédito não se limitam ao setor primário da economia, atendendo também outros setores e segmentos de negócios.

O setor primário é voltado para a exploração de recursos naturais, o setor secundário transforma as matérias-primas em produtos e o setor terciário presta serviços, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e a dinâmica da economia.

(B) terem sua natureza eminentemente associativa e pessoal e não se enquadrarem no conceito de instituição financeira.

ERRADO. As cooperativas de crédito são instituições financeiras, regulamentadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil.

(C) concederem crédito a qualquer brasileiro, desde que maior de 21 anos de idade, por meio de empréstimos e financiamentos.

ERRADO. As cooperativas de crédito concedem crédito apenas aos seus associados.

(D) terem autorização para realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados.

Correto. As cooperativas de crédito realizam operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo exclusivamente com seus associados.

(E) adotarem, em sua denominação social, as palavras Cooperativa ou Banco, dependendo segmento de público que ela atenda e do seu planejamento estratégico.

ERRADO. As cooperativas de crédito devem adotar a palavra "Cooperativa" em sua denominação social, independente do segmento de público ou planejamento estratégico.

29. B3 é a empresa que administra a bolsa de valores de São Paulo, mercado organizado onde ações de empresas de capital aberto e outros valores mobiliários são negociados. Se esse nome é novidade para você, talvez Bovespa não seja. Esse é o acrônimo tradicional da Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2008, a Bovespa fundiu-se com a maior bolsa de comércio brasileira, gerando a BM&FBovespa, agregando, portanto, a atividade de bolsa de mercadorias e futuros.

A nova mudança veio em 2017, quando foi anunciada outra fusão: da BM&FBovespa com a Cetip, ou Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. A fusão originou a nova empresa chamada B3, cujo nome faz alusão a três palavras que começam com a letra B: Brasil, Bolsa e Balcão.

As compras e vendas de ações na B3 se caracterizam por serem realizadas no mercado

(A) primário.

ERRADO. No mercado primário, ocorrem as emissões e ofertas públicas de ações das empresas, ou seja, quando uma empresa decide entrar na bolsa e vender suas ações pela primeira vez.

(B) monetário.

ERRADO. O mercado monetário envolve operações de curto prazo com instrumentos financeiros, como títulos públicos e operações compromissadas.

(C) secundário.

Correto. No mercado secundário, ocorrem as negociações entre investidores, comprando e vendendo ações previamente emitidas no mercado primário.

(D) de crédito.

ERRADO. O mercado de crédito envolve a concessão de empréstimos e financiamentos por parte de instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas.

(E) cambial.

ERRADO. O mercado cambial envolve a negociação de moedas estrangeiras e a taxa de câmbio.

30. A taxa de câmbio é o valor que uma moeda possui em relação a outra. Ou seja, é a taxa especificada pela qual duas moedas diferentes podem ser cambiadas (ou melhor, trocadas).

Muito além de expressão quantitativa de troca entre moedas, a taxa cambial também tem importância fundamental na relação comercial entre dois ou mais países. A taxa de câmbio irá influenciar o volume de trocas a depender se está valorizada ou desvalorizada.

Portanto, a taxa de câmbio hoje é uma das variáveis macroeconômicas mais importantes. Afinal, ela rege relações financeiras e comerciais entre países.

Ademais, há ainda a influência interna da taxa cambial, que age diretamente sobre a produção e inflação de um determinado país.

Dessa maneira, a taxa de câmbio estará diariamente na vida de todo o brasileiro. Desde as compras no mercado, até viagens internacionais, passando também por investimentos.

Com o aumento da cotação do dólar em meio à alguma crise, o Banco Central do Brasil pode tomar algumas medidas para frear a desvalorização do Real. A principal delas é

(A) a definição de taxa de câmbio mais favorável em relação ao real.

ERRADO. O Banco Central não define a taxa de câmbio, que é determinada pelo mercado. O BC pode intervir no mercado para influenciar a taxa, mas não a define diretamente.

(B) incentivar as importações com vistas a aumentar a quantidade de dólar sendo negociado no mercado de câmbio brasileiro.

ERRADO. Incentivar as importações aumentaria a demanda por dólares, o que poderia levar à desvalorização do real, não ao seu fortalecimento.

(C) o recolhimento compulsório de dólar excedente no mercado.

ERRADO. O recolhimento compulsório não é aplicado para dólares, mas sim para reais depositados nos bancos comerciais.

(D) o swap cambial reverso.

ERRADO. O swap cambial reverso é utilizado quando o Banco Central deseja aumentar a oferta de dólares no mercado, o que pode fortalecer o real. No entanto, essa opção é mais adequada quando o objetivo é conter a valorização excessiva do real, e não frear a desvalorização.

(E) o swap cambial tradicional.

CORRETO. O swap cambial tradicional é uma operação em que o Banco Central se compromete a comprar dólares no futuro a uma taxa de câmbio pré-determinada. Essas operações aumentam a oferta de dólares no mercado à vista, ajudando a conter a desvalorização do real.

31. Bancos fortalecem regras para proteger dados pessoais de clientes. Novo compromisso do Sistema de Autorregulação Bancária da FEBRABAN prevê a elaboração e implementação de programas de governança em privacidade com requisitos mínimos e boas práticas. Os clientes do sistema bancário passarão a contar com novas normas de proteção a seus dados pessoais, em acréscimo à legislação em vigor. Aprovado em dezembro pelo Conselho de Autorregulação da FEBRABAN, o Normativo SARB 25 estabelece princípios e diretrizes a serem adotadas pelas instituições financeiras para fortalecer a proteção dos dados pessoais dos consumidores, em conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Quanto à autorregulação bancária, assinale a alternativa correta.

(A) As sistemáticas de autorregulação bancária vigentes no Brasil têm eixos normativos voluntários de: relacionamento com o regulador, prevenção a ilícitos e responsabilidade socioambiental.

ERRADO. Não há eixo de relacionamento com o regulador, mas sim de relacionamento com o consumidor.

(B) A autorregulação bancária vigente no Brasil constitui-se de um conjunto de compromissos básicos de adesão obrigatória por todas as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, podendo ser complementado por outro conjunto de compromissos adicionais de adesão voluntária.

ERRADO. A adesão é obrigatória somente para os associados da Febraban.

(C) Todas as instituições financeiras associadas à FEBRABAN participam como Signatárias da Autorregulação e se submetem ao Código de Conduta Ética e Autorregulação Bancária. São as chamadas Signatárias “nível I”.



(D) As regras de autorregulação bancária podem envolver procedimentos que possibilitem descumprir as normas elaboradas pelo Banco Central do Brasil (BCB).

ERRADO. A autorregulação bancária tem como objetivo complementar e reforçar as normas do Banco Central, e não permitir seu descumprimento. Ou seja, as regras da autorregulação devem sujeitar-se às normas do Bacen.

(E) Todos os procedimentos de autorregulação bancária só entram em vigor após a aprovação do Conselho Monetário Nacional.

ERRADO. Os procedimentos de autorregulação bancária são aprovados pelo Conselho de Autorregulação da FEBRABAN, e não pelo Conselho Monetário Nacional. Ou seja, a autorregulação bancária não depende de aprovação do CMN.

32. A definição da base monetária é tarefa do Banco Central (conhecido também como Bacen). Portanto, é esse órgão que cuida da gestão da oferta e demanda da moeda. De fato: uma das funções essenciais desse órgão é manter o poder de compra da moeda, e para isso é importante controlar a base monetária.

Sendo assim, com a eficiente gestão deste indicador econômico, é possível permitir um crescimento sustentável da economia local e o controle dos níveis de inflação. A oferta da moeda possui diferentes classificações dependendo de sua liquidez na economia. Ela possui quatro classes principais:

- M1: base monetária + depósitos à vista;
- M2: M1 + aplicações financeiras de curto prazo;
- M3: M2 + cotas de fundos de renda fixa;
- M4: M3 + outros títulos (ex.: títulos privados).

A oferta de moeda na economia se retrai quando:

(A) há redução da taxa de redesconto aplicada pelo BACEN.

ERRADO. A redução da taxa de redesconto facilita o acesso dos bancos a recursos do Banco Central, aumentando a oferta de moeda na economia.

(B) o BACEN atua no mercado aberto, vendendo títulos públicos.

CORRETO. Quando o Banco Central vende títulos públicos no mercado aberto, ele retira dinheiro da economia, reduzindo a oferta de moeda.

(C) o Bacen emite maior quantidade de papel moeda.

ERRADO. A emissão de maior quantidade de papel moeda aumenta a oferta de moeda na economia.

(D) ocorre a redução da taxa do depósito compulsório.

ERRADO. A redução da taxa do depósito compulsório permite que os bancos mantenham menos recursos no Banco Central, aumentando a oferta de moeda na economia.

(E) a mesa de operações do Bacen compra títulos públicos federais no open market.

ERRADO. Quando o Banco Central compra títulos públicos no mercado aberto, ele injeta dinheiro na economia, aumentando a oferta de moeda.

33. O cartão de crédito é um meio de pagamento com um limite de crédito predefinido, que permite ao consumidor comprar bens e/ou serviços nos estabelecimentos que aceitam cartão. O consumidor só paga por esses valores no dia do vencimento da fatura do cartão.

O usuário do cartão tem que respeitar seu limite de crédito, que é determinado pelo emissor do cartão (banco, fintech ou empresa). Esse limite inclui não só os gastos feitos naquele mês, mas também gastos de meses anteriores que foram parcelados, por exemplo. Portanto, no caso de compras parceladas em uma loja, as parcelas a vencer comprometem o limite total do cartão, que será restabelecido à medida que são pagas as prestações.

A fatura é gerada mensalmente com o detalhamento de suas compras e a informação de que deve ser paga até a data de vencimento.

Quando do recebimento da fatura do cartão de crédito, o cliente tem

(A) que efetuar o pagamento pelo menos do percentual mínimo definido pela emissora do cartão de crédito.

CORRETO. A emissora do cartão de crédito define o valor mínimo a ser pago mensalmente, e o cliente deve pagar pelo menos esse valor para evitar atrasos e multas.

(B) que pagar o percentual mínimo de 15% definido em norma do Conselho Monetário Nacional.

ERRADO. O percentual mínimo não é definido pelo Conselho Monetário Nacional, mas pela emissora do cartão de crédito.

(C) que realizar o pagamento total do valor da fatura a fim de possa realizar novas compras com o seu cartão de crédito.

ERRADO. O cliente não precisa pagar o valor total da fatura para realizar novas compras. Ele pode utilizar o crédito rotativo, pagando o valor mínimo e financiando o saldo remanescente.

(D) a possibilidade de pagar o mínimo definido pela emissora do cartão e rolar no crédito rotativo a parte que não for paga nas faturas seguintes pelo prazo que necessitar, pagando os encargos financeiros que forem cobrados enquanto estiver fazendo uso do crédito rotativo.

ERRADO. Não é possível rolar o saldo devedor no crédito rotativo indefinidamente. A parte não paga de uma fatura só pode ficar no crédito rotativo até o vencimento da fatura seguinte.

(E) a obrigação de colocar o pagamento da fatura na modalidade de débito em conta a fim de evitar a falta de pagamento por esquecimento.

ERRADO. Embora seja uma opção conveniente, não há obrigação do cliente em optar pelo débito em conta para pagar a fatura.

34. As instituições financeiras do Brasil atuam no mercado de diferentes maneiras. Um dos exemplos disso é o banco cooperativo. Apesar de possuir especificidades, esses bancos oferecem produtos bancários similares aos demais bancos.

O formato de banco cooperativo consiste em fazer dos clientes os próprios donos da instituição. Isso só pode ser possível, pois, no banco cooperativo, os cooperados participam de todas as suas decisões e divisão de lucros.

Um banco cooperativo é uma instituição financeira privada em que os acionistas controladores são cooperativas centrais de crédito.

Assim, a maioria das decisões relativas a essa empresa acabam sendo desse grupo controlador.

Por conta disso, para que ele seja criado, é preciso que as cooperativas centrais de crédito tenham, ao menos, _____ das ações ordinárias da empresa.

Preenche corretamente a lacuna o que consta em

(A) 50% + uma

ERRADO

(B) a totalidade

ERRADO

(C) a maioria

ERRADO

(D) 51%

CORRETO. As cooperativas de crédito são instituições financeiras consideradas bancárias, pois, assim como os bancos comerciais, podem captar depósitos à vista e, portanto, também têm a capacidade de “criar moeda” por meio do mecanismo denominado multiplicador monetário. Diferente do que ocorre com os bancos, os clientes da cooperativa são seus associados (ao menos 51%), que têm acesso a produtos e serviços financeiros semelhantes aos ofertados pelos bancos, mas também recebem os lucros em caso de resultado positivo, ou podem precisar arcar com eventuais prejuízos.

(E) dois terços

ERRADO

35. O underwriting, também conhecido como subscrição, é um processo de intermédio da captação de recursos.

As empresas, interessadas em levantar capital no mercado, lançam novas ações e as oferecem aos seus atuais acionistas, que possuem preferência de compra.

É um procedimento complexo, que exige organização e conhecimento específico acerca da negociação e da concretização da venda.

Por esse motivo, surgiram as underwriters, instituições especializadas no underwriting.

O underwriter tem a incumbência de

(A) atuar exclusivamente no mercado primário de ações.

ERRADO. O erro está na palavra exclusivamente, embora o underwriting seja mais comum no mercado primário de ações, os underwriters também podem atuar em outras operações, como a emissão de títulos de dívida e outros instrumentos financeiros, ou seja, podem atuar no mercado primário ou no mercado secundário.

(B) alavancar moeda escritural, mediante a captação de recursos por meio de depósitos à vista.

ERRADO. Underwriters não captam recursos por meio de depósitos à vista. Seu papel principal é intermediar a captação de recursos no mercado financeiro.

(C) oferecer operações de crédito de curto prazo.

ERRADO. Underwriters não oferecem operações de crédito de jeito algum. Underwriters atuam principalmente como intermediários na emissão e distribuição de valores mobiliários.

(D) administrar recursos de terceiros.

ERRADO. Embora os bancos de investimento possam administrar recursos de terceiros, como underwriter ele não faz isso. Underwriters estão envolvidos no processo de emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado primário.

(E) realizar todos os processos de lançamento e distribuição das ações no mercado primário, atuando como verdadeiros intermediários entre emissores e compradores.

CORRETO. Os underwriters são instituições especializadas em conduzir o processo de lançamento e distribuição de ações no mercado primário, atuando como intermediários entre as empresas emissoras e os investidores compradores.

36. O CDI é, por sua definição, a abreviação de Certificados de Depósitos Interbancários. Esses depósitos interbancários são títulos de emissão das instituições financeiras lançados com o intuito de lastrear as operações no mercado interbancário.

Esses títulos, portanto, funcionam como um empréstimo de curtíssimo prazo realizado entre as instituições financeiras, com o objetivo de sanarem seus caixas.

Portanto, o CDI é usado pelos bancos como uma forma de equilibrar todo o sistema bancário. Através dele uma instituição com caixa positivo pode ajudar uma instituição com caixa negativo, permitindo que ela também feche o dia com saldo positivo.

Os Certificados de Depósitos Interbancários se caracterizam por serem títulos de renda _____ de emissão _____.

Preenche corretamente as lacunas o que consta em

(A) variável e privada.

ERRADO. O CDI não é um título de renda variável, mas sim de renda fixa.

(B) fixa e pública.

ERRADO. O CDI é um título de renda fixa, porém, é de emissão privada, emitido pelas instituições financeiras.

(C) fixa e privada.

CORRETO. Os Certificados de Depósitos Interbancários são títulos de renda fixa emitidos pelas instituições financeiras privadas.

(D) variável e pública.

ERRADO. O CDI não é um título de renda variável, nem de emissão pública.

(E) pós-fixada e privada.

ERRADO. Embora a emissão seja privada, os CDIs não são caracterizados como títulos de renda pós-fixada, mas sim como títulos de renda fixa.

37. Os investimentos em Renda Fixa podem ser feitos através de diversos produtos financeiros. Naturalmente, alguns são mais populares entre os investidores, como CDB, LCI e LCA. No entanto, além destas alternativas, há um outro tipo de aplicação que pode ser interessante para a diversificação da carteira, a um baixo risco e com garantia: são as operações compromissadas.

As operações compromissadas podem ser uma boa alternativa para ampliar a diversificação da carteira de investimentos.

Além disso, por haver um título de renda fixa como lastro (garantia) da operação, e com condições de prazo e retorno previamente combinados, considera-se como um investimento de baixo risco.

Na operação compromissada, o papel do banco consiste em

(A) tomar emprestado um título da carteira de outro banco, assumindo o compromisso de devolvê-lo no futuro.

ERRADO. Essa afirmação descreve a posição do tomador na operação compromissada, e não a do banco emissor.

(B) comprar ações de uma estatal com o compromisso de revendê-la em data previamente acertada.

ERRADO. As operações compromissadas envolvem títulos de renda fixa e não ações.

(C) assumir o compromisso de remunerar os investimentos de renda fixa dos seus clientes com taxa pré-fixada ou pós-fixada.

ERRADO. Essa afirmação não descreve a operação compromissada em si, mas sim uma característica de outros investimentos em renda fixa.

(D) vender um título de sua carteira temporariamente, assumindo o compromisso de recomprá-lo no futuro.

CORRETO. Nas operações compromissadas, em vez de tomar dinheiro emprestado para obterem recursos financeiros, o banco vende títulos de sua carteira temporariamente com o compromisso de recomprá-los em uma data futura acordada por um preço mais alto, a fim de remunerar o banco que comprou o título.

(E) realizar operações passivas com o compromisso de utilizar os recursos obtidos em operações ativas de curto prazo.

ERRADO. Essa afirmação não descreve a operação compromissada, mas sim a gestão de recursos em geral no âmbito das instituições financeiras.

38. A principal característica de um depósito a prazo é o seu tempo de duração. Em resumo, quando um cliente faz a transferência de capital para um banco, ele solicita um armazenamento e a guarda dos seus recursos.

Ao realizar um depósito a prazo, a instituição financeira escolhida para essa função deve fazer a guarda desses fundos aplicados, mas também oferecendo uma remuneração ao cliente em uma data futura acordada no momento do depósito.

Para isso, o banco precisa emitir uma espécie de recibo, confirmando a existência do crédito, assim como os juros aos quais o investidor dos recursos terá direito na data final.

Existem duas modalidades de recibos que são muito usadas no caso de um depósito a prazo. Uma delas, mais popular, é o Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Com relação aos depósitos a prazo, assinale a alternativa **errada**.

(A) Seus rendimentos estão sujeitos ao Imposto de Renda.

CORRETO. Os rendimentos de depósitos a prazo estão sujeitos à tributação do Imposto de Renda.

(B) São investimentos de renda fixa.

CORRETO. Depósitos a prazo são investimentos em que o retorno é geralmente pré-determinado, caracterizando-os como renda fixa.

(C) Podem ser contratados com taxa pré-fixada ou pós-fixada.

CORRETO. Os depósitos a prazo podem ter rendimentos com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, dependendo da modalidade escolhida.

(D) São uma excelente forma de captação de recursos utilizada pelos bancos.

CORRETO. Depósitos a prazo são uma importante fonte de captação de recursos para os bancos.

(E) São investimentos considerados sem liquidez.

ERRADO. Depósitos a prazo têm liquidez, embora essa possa ser menor em comparação a outras modalidades de investimento. A liquidez varia conforme o prazo e as condições do depósito, (não é imediata), porém o investidor poder transformá-la em dinheiro ao esperar o vencimento da aplicação.

39. Os Bancos de Desenvolvimento têm como finalidade o financiamento a médio e longo prazo de projetos para impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região em que o estado possua controle acionário e, conseqüentemente, a sede do banco.

São instituições financeiras controladas pelos governos estaduais e têm como objetivo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazo, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado.

Com relação aos bancos de desenvolvimento, assinale a alternativa correta.

(A) Como regra, são constituídos com capital privado, sob a forma de sociedade anônima, e se especializam em operações de participação societária de caráter temporário e de financiamento de investimentos.

ERRADO. A regra apresentada diz respeito ao banco de investimento. Bancos de desenvolvimento são instituições financeiras públicas controladas pelos governos estaduais e não são constituídos com capital privado.

(B) Podem prestar assistência a programas e projetos desenvolvidos em estado limítrofe ao da unidade da Federação onde estiverem sediados.

CORRETO. Bancos de desenvolvimento excepcionalmente podem financiar programas e projetos em estados limítrofes ao estado onde estão sediados, desde que haja um acordo prévio entre os estados para empreendimento visar benefícios de interesse comum.

(C) Captam recursos por meio de depósitos à vista e depósitos a prazo.

ERRADO. Bancos de desenvolvimento não captam recursos por meio de depósitos à vista. Bancos de desenvolvimento captam depósitos a prazo através da emissão de títulos públicos e de organismos multilaterais, entre outros meios.

(D) Por serem instituições financeiras públicas estaduais, não se submetem à supervisão do Banco Central do Brasil.

ERRADO. Bancos de desenvolvimento são submetidos à supervisão e regulamentação do Banco Central do Brasil, mesmo sendo instituições financeiras públicas estaduais.

(E) Uma de suas operações ativas é o crédito direto ao consumidor, o CDC.

ERRADO. Banco de desenvolvimento não faz CDC e não têm como foco o crédito direto ao consumidor. Eles se concentram no financiamento de projetos e programas de desenvolvimento econômico e social. Quem faz CDC é a sociedade de crédito, financiamento e investimento, o banco múltiplo com carteira de sociedade crédito, financiamento e investimento e a Caixa.

40. T é agente fiscal da União Federal, atuando em grupo especial que monitora devedores qualificados. Após divisão interna de trabalho, T fica com a responsabilidade de fiscalizar cinco contribuintes específicos, pois são habituais interessados em procedimentos administrativos, cujo valor é superior a milhões de reais. O trabalho iniciou com o mapeamento das instituições financeiras que mantêm relacionamento negocial com os cinco contribuintes. Ficou apurado que são relevantes os Bancos Z, Y e W, em expressivas movimentações, incluindo depósitos, saques e aplicações financeiras, além de remessas para o exterior.

Os dados levantados, no entanto, não são específicos, mas apenas resultado de análise de estatísticas do Banco Central. Para ter acesso ao banco de dados de cada contribuinte, T deve realizar alguns outros atos.

Nos Termos da Lei Complementar no 105/2001, os agentes fiscais tributários da União poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras,

(A) mediante convênios com instituições financeiras privadas.

ERRADO. A Lei Complementar nº 105/2001 não menciona a necessidade de convênios com instituições financeiras privadas para que os agentes fiscais possam examinar documentos.

(B) livremente

ERRADO. Os agentes fiscais não podem examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras livremente. Há requisitos específicos estabelecidos na legislação.

(C) autorizados pelo Banco Central.

ERRADO. A autorização do Banco Central não é um requisito para que os agentes fiscais possam examinar documentos em instituições financeiras.

(D) após diligências locais.

ERRADO. A realização de diligências locais não é mencionada como condição na Lei Complementar nº 105/2001 para o exame de documentos por agentes fiscais.

(E) havendo processo fiscal em curso.

CORRETO. A Lei Complementar nº 105/2001, em seu artigo 6º, estabelece que o exame de documentos, livros e registros de instituições financeiras é permitido quando houver processo fiscal em curso, e a fiscalização se refere ao próprio cliente da instituição financeira.

41. Sr. Z resolve empreender na área agrícola, estabelecendo sua sede no interior do Brasil onde seus estudos identificaram uma maior necessidade de empregos. Após realizar as contratações de praxe, inicia suas atividades, gerando um forte crescimento na região onde atua. Não desejando aumentar o número de empregados, diante dos custos fixos da mão de obra, resolve ampliar sua produção, negociando com pequenos empreendimentos locais.

Necessitando de aporte financeiro, ele apresenta pedido de empréstimo ao Banco Y, que encaminha equipe de auditoria à sede do pretendente. Para surpresa de todos, a auditoria constata em vários pequenos empreendimentos, trabalho infantil não autorizado pela legislação e, por força disso, propõe que o empréstimo seja negado.

Nos termos da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil, constatado idêntico ilícito por parte de fornecedor, ocorreria a

(A) análise da relação temporal com o Banco e o valor dos investimentos.

ERRADO. A análise da relação temporal e o valor dos investimentos não são os critérios decisivos em caso de ilícito por parte do fornecedor.

(B) decisão de realizar o empréstimo, para bater as metas gerenciais.

ERRADO. Realizar o empréstimo para cumprir metas gerenciais em detrimento dos princípios de responsabilidade socioambiental é uma atitude inadequada e incoerente com a política do Banco do Brasil.

(C) suspensão do vínculo até regularização dos atos.

CORRETO. De acordo com a Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil, em caso de constatação de ilícito por parte do fornecedor, como trabalho infantil não autorizado, a suspensão do vínculo até regularização dos atos é uma medida adequada.

(D) majoração dos juros do empréstimo, pelo risco aumentado.

ERRADO. A majoração dos juros do empréstimo não é uma medida que aborda adequadamente a questão socioambiental relacionada ao ilícito cometido pelo fornecedor.

(E) manutenção do vínculo contratual, por ser relação exterior.

ERRADO. A manutenção do vínculo contratual, mesmo diante de ilícitos socioambientais, não está em consonância com a Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil.

42. Se o planejamento estratégico do Banco do Brasil fixar, como meta prioritária, a expansão de suas operações no varejo bancário, o público-alvo serão as(os)

(A) importadores

ERRADO. Importadores não são o principal público-alvo do varejo bancário, já que estão mais relacionados a operações de comércio exterior e câmbio.

(B) clientes individuais

CORRETO. O varejo bancário tem como principal público-alvo os clientes individuais, oferecendo serviços e produtos financeiros voltados para pessoas físicas, como contas correntes, poupança, crédito pessoal e financiamentos.

(C) governos nas esferas federal, estadual e municipal

ERRADO. Governos não são o público-alvo do varejo bancário, já que as operações governamentais geralmente envolvem montantes mais elevados e exigem serviços financeiros especializados.

(D) exportadores

ERRADO. Exportadores não são o principal público-alvo do varejo bancário, pois estão mais relacionados a operações de comércio exterior e câmbio.

(E) companhias de grande porte

ERRADO. Companhias de grande porte não são o público-alvo do varejo bancário, pois são atendidas pelo segmento corporativo dos bancos, que oferece produtos e serviços financeiros específicos para esse tipo de cliente.

43. No Brasil, a fixação da taxa básica de juros da economia (a Selic) está sob a alçada do

(A) Banco do Brasil

ERRADO. O Banco do Brasil não é responsável pela fixação da taxa Selic.

(B) mercado financeiro

ERRADO. Embora o mercado financeiro seja influenciado pela taxa Selic, ele não é responsável pela fixação dessa taxa.

(C) Conselho Monetário Nacional

ERRADO. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável por estabelecer diretrizes gerais para a política monetária, mas não é responsável por fixar a taxa Selic diretamente.

(D) Ministério da Economia

ERRADO. O Ministério da Economia não é responsável pela fixação da taxa Selic.

(E) Comitê de Política Monetária

CORRETO. O Comitê de Política Monetária (COPOM) é o órgão responsável pela fixação da taxa Selic. O COPOM é um comitê do Banco Central do Brasil e tem como objetivo principal definir a taxa básica de juros da economia, visando ao cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

44. Em virtude das peculiaridades das atividades agropecuárias, a maior parte dos países disponibiliza um adequado sistema de financiamento aos produtores, abarcando linhas de crédito ao investimento, à produção e à comercialização dos produtos do setor. O Banco do Brasil, particularmente, oferece diversas linhas de crédito adequadas às necessidades dos produtores rurais.

Associe as linhas de financiamento disponibilizadas pelo Banco do Brasil aos seus objetivos e características principais, apresentados a seguir.

- I - Custeio agropecuário
- II - Pronamp Investimento
- III - Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor (FGPP)
- IV - BB Agronegócio Giro

P - Crédito destinado à aquisição de produtos agropecuários diretamente de produtores rurais, suas associações ou cooperativas de produção agropecuária.

Q - Crédito para financiamento de inovações tecnológicas nas propriedades rurais.

R - Crédito destinado à cobertura das despesas do dia a dia da produção das atividades agrícolas e pecuárias.

S - Crédito rotativo destinado à compra de insumos e matérias-primas relacionadas à produção agropecuária.

T - Crédito para financiamento das despesas de investimento, destinado ao médio produtor rural.

As associações corretas são:

▪ **I - Custeio agropecuário**

R - Crédito destinado à cobertura das despesas do dia a dia da produção das atividades agrícolas e pecuárias.

CORRETO

▪ **II - Pronamp Investimento**

T - Crédito para financiamento das despesas de investimento, destinado ao médio produtor rural.

CORRETO

▪ **III - Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor (FGPP)**

P - Crédito destinado à aquisição de produtos agropecuários diretamente de produtores rurais, suas associações ou cooperativas de produção agropecuária.

CORRETO

▪ **IV - BB Agronegócio Giro**

S - Crédito rotativo destinado à compra de insumos e matérias-primas relacionadas à produção agropecuária.

CORRETO

Não citada entre as opções está

▪ **X - INOVAGRO**

Q - Crédito para financiamento de inovações tecnológicas nas propriedades rurais.

45. "A reação dos mercados de câmbio ontem deu uma boa sinalização de qual pode ser o caminho caso Washington intensifique o tom em relação às relações comerciais dos Estados Unidos com o restante do mundo. As moedas emergentes recuaram a mínimas em dez dias, segundo dados do Deutsche Bank, sob peso da queda de divisas correlacionadas às matérias-primas – como o rand sulafricano e o real brasileiro (...). No Brasil, o dólar fechou em alta de 0,90%, para R\$3,290, no maior nível desde o último 9 de fevereiro. Na máxima, a cotação beirou os R\$3,30 ao tocar R\$3,2966."

Em países que adotam o regime de câmbio flutuante, as mudanças diárias observadas nas taxas de câmbio estão relacionadas a diversos fatores.

Considerando-se, no entanto, exclusivamente, a matéria jornalística, o principal fator que explica a desvalorização do real brasileiro no movimento diário do mercado de câmbio descrito no texto foi a(o)

(A) forte intervenção do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio

ERRADO. O texto não menciona intervenção do Banco Central do Brasil no mercado de câmbio como um fator que influenciou a desvalorização do real brasileiro naquele momento.

(B) incerteza futura e maior percepção de risco por parte dos investidores

CORRETO. A matéria jornalística destaca que o movimento das moedas emergentes, incluindo o real brasileiro, foi influenciado pela reação dos mercados à possibilidade de Washington intensificar o tom em relação às relações comerciais dos Estados Unidos com o restante do mundo. Isso indica que a incerteza futura e a maior percepção de risco por parte dos investidores foram os principais fatores que explicam a desvalorização do real brasileiro naquele momento.

(C) aumento da oferta de divisas no mercado de câmbio

ERRADO. O texto não menciona o aumento da oferta de divisas no mercado de câmbio como um fator que influenciou a desvalorização do real brasileiro naquele momento.

(D) situação política corrente no Brasil

ERRADO. Embora a situação política possa influenciar a taxa de câmbio, o texto jornalístico foca na reação dos mercados de câmbio em relação à postura dos Estados Unidos nas relações comerciais, não mencionando a situação política do Brasil como um fator determinante para a desvalorização do real.

(E) piora das condições macroeconômicas no Brasil

ERRADO. A matéria não menciona a piora das condições macroeconômicas no Brasil como um fator que influenciou a desvalorização do real brasileiro naquele momento. O principal fator mencionado está relacionado às preocupações dos investidores em relação às relações comerciais dos Estados Unidos com o restante do mundo.

46. No Brasil, a fixação das diretrizes e normas concernentes às políticas monetária, creditícia e cambial, é da competência do:

(A) Ministério da Fazenda

ERRADO. O Ministério da Fazenda (atualmente denominado Ministério da Economia) é responsável pela formulação e implementação das políticas econômicas e fiscais do país, mas não possui autoridade direta para definir as diretrizes e normas concernentes às políticas monetária, creditícia e cambial.

(B) Banco do Brasil

ERRADO. O Banco do Brasil é uma instituição financeira que atua como banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, mas não tem a competência para estabelecer diretrizes e normas relacionadas às políticas monetária, creditícia e cambial.

(C) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ERRADO. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (atualmente incorporado ao Ministério da Economia) é responsável por planejar e coordenar ações governamentais e orçamentárias, mas não possui a competência para fixar diretrizes e normas concernentes às políticas monetária, creditícia e cambial.

(D) Conselho Monetário Nacional

CORRETO. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão responsável por definir as diretrizes e normas das políticas monetária, creditícia e cambial no Brasil. O CMN é composto pelo Ministro da Economia, pelo Presidente do Banco Central do Brasil e pelo Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

(E) Banco Central do Brasil

ERRADO. O Banco Central do Brasil (BACEN) é a autoridade monetária responsável por executar as políticas estabelecidas pelo CMN, tais como a política monetária, a política creditícia e a política cambial, bem como supervisionar e regular as instituições financeiras no país. Entretanto, o BACEN não tem a competência para fixar as diretrizes e normas dessas políticas, apenas implementá-las conforme as diretrizes do CMN.

47. Para um investidor interessado em aplicar seus recursos financeiros no mercado de ações, sua rentabilidade será positivamente afetada pela tendência de valorização das ações na bolsa de valores. O Ibovespa, índice que acompanha a variação média das cotações das ações negociadas na BM&F Bovespa é um dos mais importantes indicadores do comportamento do mercado acionário brasileiro, sendo utilizado como indicador do comportamento médio do mercado.

Considerando-se que o Ibovespa venha mostrando tendência média de alta nos últimos meses, o evento que, supondo tudo o mais constante, poderia representar uma reversão abrupta essa tendência e desencadear resultados negativos no índice nos movimentos seguintes é a(o)

(A) aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, para níveis superiores aos esperados pelo mercado

CORRETO. Um aumento das taxas de juros nos Estados Unidos acima das expectativas do mercado pode levar a uma realocação de recursos financeiros pelos investidores para ativos financeiros de menor risco, como os títulos do Tesouro dos EUA, em detrimento das ações. Isso poderia provocar uma queda no mercado acionário brasileiro e, conseqüentemente, no índice Ibovespa.

(B) redução das taxas de juros reais no Brasil

ERRADO. A redução das taxas de juros reais no Brasil tende a favorecer a valorização das ações, uma vez que diminui o custo de financiamento das empresas e torna os investimentos em ações mais atrativos em relação a outras opções de renda fixa.

(C) aumento da lucratividade média das companhias brasileiras de capital aberto

ERRADO. O aumento da lucratividade média das empresas tende a favorecer a valorização das ações, uma vez que indica melhores perspectivas para os negócios e, conseqüentemente, maiores dividendos para os acionistas.

(D) continuidade do processo de recuperação econômica brasileira

ERRADO. A continuidade da recuperação econômica brasileira é um fator positivo para o mercado acionário, pois sinaliza maior crescimento econômico e melhores perspectivas para as empresas, o que favorece a valorização das ações.

(E) redução das taxas de desemprego no Brasil

ERRADO. A redução das taxas de desemprego no Brasil indica uma melhora no cenário econômico, o que tende a favorecer o mercado acionário e a valorização das ações, uma vez que o aumento do emprego e da renda pode impulsionar a demanda por produtos e serviços das empresas.

O Registrato é um sistema criado em 2014 e administrado pelo Banco Central, que permite aos cidadãos terem acesso pela internet a relatórios contendo informações sobre

A) seus relacionamentos com as instituições financeiras, suas operações de crédito e operações de câmbio.

CORRETO. O Registrato é uma base de dados mantida pelo Banco Central na qual cada cidadão poderá consultar dados pessoais relacionados às operações de crédito e câmbio, derivados de operações realizadas com instituições financeiras fiscalizadas pelo órgão. De acordo com o Bacen:

O Registrato é um sistema onde você pode consultar, de graça, informações sobre suas contas bancárias e chaves Pix cadastradas, empréstimos em seu nome, dívidas com órgãos públicos federais, além de dados de compra ou venda de moeda estrangeira feita por você.

A disponibilização de informações deverá ser realizada por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas, e os relatórios disponibilizados pelo sistema são os seguintes (Bacen): Relatório de Chaves Pix, Relatório de Empréstimos e Financiamentos (SCR), Relatório de Contas e Relacionamentos em Bancos (CCS), Relatório de Câmbio e Transferências Internacionais e Relatório de Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin.

B) suas receitas e despesas realizadas em todas as instituições financeiras onde têm conta-corrente.

ERRADO. O Registrato não fornece informações detalhadas sobre receitas e despesas realizadas em contas-correntes dos cidadãos. Essas informações são gerenciadas pelas próprias instituições financeiras onde os clientes possuem contas.

C) seus dados registrados junto aos serviços de proteção de crédito.

ERRADO. O Registrato não tem o objetivo de fornecer informações sobre dados registrados junto aos serviços de proteção ao crédito, como Serasa e SPC. Esses órgãos são independentes do Banco Central e possuem sistemas próprios de consulta.

D) seus relacionamentos interpessoais com pessoas da mesma família (ex: pai, filho e irmão, entre outros) que também possuem contas-correntes.

ERRADO. O sistema Registrato não contempla informações sobre relacionamentos interpessoais ou familiares dos cidadãos, já que seu foco é no relacionamento entre indivíduos e instituições financeiras, bem como nas operações de crédito e câmbio.

E) seus contratos de prestação de serviço firmados na esfera cível.

ERRADO. O Registrato não disponibiliza informações sobre contratos de prestação de serviço firmados na esfera cível, uma vez que seu escopo se limita às informações financeiras e relacionamentos com instituições financeiras.

No Brasil, o órgão responsável pela fiscalização do Sistema Financeiro Nacional é o

A) Conselho Monetário Nacional

ERRADO. O Conselho Monetário Nacional – CMN é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, e tem por finalidade formular a política da moeda e do crédito, objetivando a manutenção da estabilidade da moeda e o desenvolvimento socioeconômico.

B) Ministério da Economia

ERRADO. O Ministério da Economia não integra o Sistema Financeiro Nacional, e não exerce nenhuma competência atinente à fiscalização do sistema.

C) Banco Central do Brasil

CORRETA. Como autoridade monetária e órgão executivo do SFN, cabe ao Bacen prezar pela observância das normas e procedimentos que orientam todo o sistema, buscando assim a simetria e a estabilidade do ambiente financeiro, implementando normativos próprios, cumprindo e fazendo cumprir – mediante processo de acompanhamento e fiscalização – as normas emanadas do órgão superior do Sistema Financeiro Nacional (CMN).

D) Banco do Brasil

ERRADO. O Banco do Brasil – BB é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista sob controle da União, organizado como sociedade anônima e voltada à prestação de serviços de natureza bancária e financeira, estando sediado em Brasília (Estatuto Social do Banco do Brasil).

E) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

ERRADO. Criado para operar como principal instrumento da política de financiamento de médio e longo prazos do Governo Federal, o BNDES enquadra-se como empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, prazo de duração indeterminado e, seguindo a atual estrutura ministerial, supervisionado pelo Ministério da Economia.

A pandemia do coronavírus, declarada em março de 2020, alterou significativamente as relações sociais e econômicas ao redor do globo. Em resposta, autoridades mundiais atuaram tempestivamente, recorrendo a instrumentos monetários para dinamizar a economia, associando estímulo monetário com controle inflacionário.

Com essa finalidade, no Brasil, em agosto de 2020, o Banco Central do Brasil (Bacen) anunciou a utilização de um instrumento denominado

A) Teto dos gastos

ERRADO - O teto dos gastos não é um instrumento monetário utilizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen). É uma medida fiscal implementada pelo governo federal, que estabelece um limite máximo para o crescimento das despesas públicas, baseado na inflação do ano anterior.

B) Isenção tributária

ERRADO - A isenção tributária é uma medida fiscal e não um instrumento monetário utilizado pelo Bacen. É uma política que prevê a redução ou eliminação de determinados impostos, com o objetivo de incentivar atividades econômicas ou aliviar a carga tributária sobre grupos específicos.

C) Dominância fiscal

ERRADO - A dominância fiscal é um conceito econômico e não um instrumento monetário utilizado pelo Bacen. Ocorre quando a política fiscal (gastos e receitas do governo) influencia de forma mais significativa a economia do que a política monetária, podendo limitar a eficácia das ações do Bacen.

D) Forward guidance

CORRETO - O forward guidance é um instrumento de política monetária comunicacional utilizado pelo Bacen, que consiste em sinalizar suas expectativas e intenções futuras em relação às taxas de juros e outras decisões de política monetária. No contexto da pandemia, o Bacen utilizou o forward guidance para informar o mercado sobre suas intenções em relação aos juros, ajudando a ancorar as expectativas e estimular a economia.

E) Quantitative easing

ERRADO - O quantitative easing é uma política monetária não convencional, geralmente adotada por bancos centrais em situações de juros próximos a zero ou baixa eficácia de medidas convencionais. Consiste na compra de ativos financeiros, como títulos do governo, para injetar liquidez no mercado. Embora seja uma ferramenta que poderia ser usada em resposta à pandemia, o Bacen não adotou o quantitative easing como instrumento em agosto de 2020.

Considere o seguinte trecho de reportagem publicada no jornal Valor Econômico, em 3 de novembro de 2020:

"O plenário do Senado aprovou, agora há pouco, um projeto que possibilita ao Banco Central substituir as operações compromissadas pelo depósito voluntário remunerado das instituições financeiras. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados."

O principal argumento em defesa da adoção de depósitos das instituições financeiras, remunerados pelo Banco Central do Brasil (BCB), é que esse mecanismo adicional de política monetária

A) estimularia a redução das taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais.

ERRADO - A adoção de depósitos voluntários remunerados pelo Banco Central do Brasil (BCB) não tem como objetivo direto estimular a redução das taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais. O instrumento atua no controle da liquidez no mercado, mas não interfere diretamente nas taxas de juros praticadas pelos bancos em suas operações.

B) teria efeito nulo sobre o crescimento da dívida bruta do Tesouro Nacional.

CERTO - A utilização de depósitos voluntários remunerados como instrumento de política monetária não afeta o crescimento da dívida bruta do Tesouro Nacional, pois não envolve a emissão de títulos públicos. Em contrapartida, as operações compromissadas envolvem a venda de títulos públicos com compromisso de recompra e, portanto, têm impacto na dívida bruta.

C) teria efeito nulo sobre as despesas financeiras do BCB.

ERRADO - Os depósitos voluntários remunerados geram despesas financeiras ao BCB, uma vez que o banco remunera as instituições financeiras pelos depósitos realizados. No entanto, essas despesas podem ser compensadas por uma redução no uso de operações compromissadas, que também geram custos para o BCB.

D) teria impacto financeiro idêntico ao das operações compromissadas.

ERRADO - O impacto financeiro das operações compromissadas e dos depósitos voluntários remunerados não é idêntico. Enquanto as operações compromissadas envolvem a compra e venda de títulos públicos e podem afetar a dívida bruta do Tesouro Nacional, os depósitos voluntários remunerados não envolvem títulos e não impactam diretamente a dívida.

E) fomentaria o sistema de crédito bancário.

ERRADO - A adoção de depósitos voluntários remunerados pelo BCB tem como principal objetivo proporcionar um instrumento adicional de controle da liquidez no mercado. Embora possa indiretamente afetar o sistema de crédito bancário, seu objetivo principal não é fomentar o crédito.



No final de março de 2018, as autoridades monetárias brasileiras anunciaram que as alíquotas dos depósitos compulsórios incidentes sobre depósitos à vista seriam reduzidas de 40% para 25%. Tendo em vista a dinâmica do mercado financeiro, essa medida objetiva, principalmente,

A) reduzir o nível de inadimplência observado no sistema bancário brasileiro.

ERRADO - A medida não tem como objetivo direto a redução do nível de inadimplência. A redução dos depósitos compulsórios pode aumentar a liquidez dos bancos e a oferta de crédito, mas não garante que haverá uma redução na inadimplência.

B) aumentar a regulação do sistema bancário brasileiro.

ERRADO - Aumentar a regulação do sistema bancário brasileiro.

A redução dos depósitos compulsórios não tem como objetivo aumentar a regulação do sistema bancário brasileiro. Essa medida busca ampliar a oferta de crédito, afetando a liquidez no mercado e estimulando a economia.

C) estimular os encaixes voluntários do sistema bancário brasileiro.

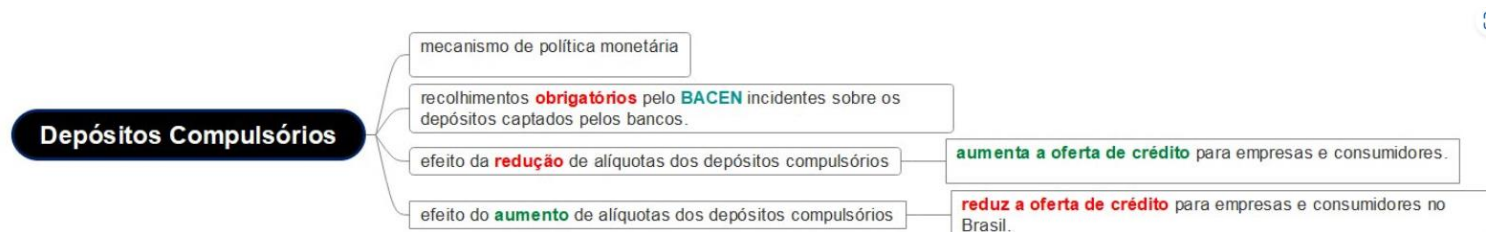
ERRADO - A medida não visa estimular os encaixes voluntários do sistema bancário brasileiro. A redução dos depósitos compulsórios busca aumentar a oferta de crédito ao liberar mais recursos que estavam retidos no Banco Central.

D) aumentar a oferta de crédito para empresas e consumidores no Brasil.

CERTO - A redução das alíquotas dos depósitos compulsórios incidentes sobre depósitos à vista permite que os bancos mantenham menos recursos retidos no Banco Central. Isso libera mais recursos para o sistema bancário, o que pode ser utilizado para ampliar a oferta de crédito a empresas e consumidores, estimulando a economia.

E) igualar as taxas de juros médias cobradas pelos bancos às taxas de juros básicas determinadas pelo Banco Central do Brasil.

ERRADO - A redução dos depósitos compulsórios não tem como objetivo igualar as taxas de juros médias cobradas pelos bancos às taxas de juros básicas determinadas pelo Banco Central. A medida busca aumentar a liquidez no mercado e a oferta de crédito, mas não interfere diretamente na relação entre taxas de juros praticadas pelos bancos e a taxa básica de juros (Selic).



54. Os agentes econômicos bem informados, sejam empresas ou consumidores, estão sempre atentos às decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, com respeito à fixação da taxa de juros básica de curto prazo (a taxa Selic), porque esta influencia as demais taxas de juros da economia como um todo. De agosto de 2016 a março de 2018, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% a.a. para 6,50% a.a., o que, descontada a inflação anual, significou maior convergência entre as taxas de juros reais brasileiras e internacionais.

Tendo em vista a determinação das taxas de juros básicas de curto prazo num país que adota um regime de metas de inflação, como o Brasil, os dois fatores que justificam a contínua e significativa redução da taxa Selic no país, desde agosto de 2016, foram a(o)

A) queda da inflação ao consumidor (IPCA) e o baixo nível de desemprego no Brasil

ERRADO - Embora a queda da inflação ao consumidor (IPCA) seja um fator importante para a redução da taxa Selic, o nível de desemprego no Brasil não era baixo no período mencionado e, portanto, não justifica a redução da taxa Selic.

B) enorme volatilidade do Ibovespa e o ambiente de incerteza nos mercados globais

ERRADO - A volatilidade do Ibovespa e a incerteza nos mercados globais não são fatores primários na determinação das taxas de juros básicas de curto prazo em um país que adota um regime de metas de inflação, como o Brasil.

C) rápida recuperação em curso da economia brasileira e o cenário econômico externo favorável

ERRADO - A recuperação da economia brasileira no período mencionado não foi rápida, e o cenário econômico externo favorável não é um fator determinante para a redução das taxas de juros básicas de curto prazo em um país que adota um regime de metas de inflação.

D) significativo crescimento econômico doméstico e a recuperação dos preços das commodities exportadas pelo Brasil

ERRADO - O crescimento econômico doméstico no período mencionado não foi significativo, e a recuperação dos preços das commodities exportadas pelo Brasil não é um fator determinante para a redução das taxas de juros básicas de curto prazo em um país que adota um regime de metas de inflação.

E) convergência das expectativas de inflação para as metas de inflação anuais e os níveis elevados de capacidade ociosa da economia brasileira

CERTO - A contínua e significativa redução da taxa Selic no país desde agosto de 2016 pode ser justificada pela convergência das expectativas de inflação para as metas de inflação anuais e pelos níveis elevados de capacidade ociosa da economia brasileira. A convergência das expectativas de inflação sinaliza um melhor controle da inflação, enquanto a capacidade ociosa indica que a economia possui recursos subutilizados, o que permite a redução das taxas de juros sem gerar pressões inflacionárias.

Um servidor público federal deseja mudar os rumos de sua carreira para integrar instituição financeira pública. Sabedor dos rígidos critérios de seleção, inicia seu preparo estudando as características das instituições. Nos termos das normas em vigor, a Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira sob a forma de

A) sociedade de economia mista com capital público

ERRADO – A Caixa Econômica Federal não é uma sociedade de economia mista com capital público. Uma sociedade de economia mista é uma empresa cujo capital é composto tanto por recursos públicos quanto privados, enquanto a Caixa é uma empresa pública.

B) empresa pública, de natureza jurídica de direito privado

CERTO – A Caixa Econômica Federal é uma empresa pública, de natureza jurídica de direito privado. Como empresa pública, seu capital é totalmente detido pelo governo federal, e, apesar de ser uma instituição financeira vinculada ao setor público, sua natureza jurídica é de direito privado.

Alguns exemplos de entidades com natureza jurídica de direito privado incluem:

- Empresas (como sociedades limitadas, empresas individuais, sociedades anônimas, entre outras);
- Associações (como clubes, sindicatos, entidades de classe, etc.);
- Fundações (organizações que visam a realização de fins específicos, como assistência social, cultural, científica, entre outros);
- Organizações sem fins lucrativos (como ONGs, organizações religiosas, etc.).

Por outro lado, alguns exemplos de entidades com natureza jurídica de direito público incluem:

- Administração pública (órgãos governamentais, como ministérios, secretarias, autarquias, empresas públicas, etc.);
- Poder judiciário (tribunais, juizados, etc.);
- Poder legislativo (Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Congresso Nacional, etc.);
- Entidades reguladoras (como a ANATEL, ANEEL, ANVISA, etc.).

C) autarquia sob regime de sociedade anônima

ERRADO – A Caixa Econômica Federal não é uma autarquia sob regime de sociedade anônima. Autarquias são entidades criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público e patrimônio próprio, o que não se aplica à Caixa.

D) fundação especial para prestação de serviços financeiros

ERRADO – A Caixa Econômica Federal não é uma fundação especial para prestação de serviços financeiros. Fundações são entidades com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, e a Caixa é uma empresa pública que atua no setor financeiro.

E) organização social para implementação de políticas públicas

ERRADO – A Caixa Econômica Federal não é uma organização social para implementação de políticas públicas. Organizações sociais são entidades privadas sem fins lucrativos que recebem qualificação do governo para atuar em áreas de interesse público, o que não corresponde à natureza jurídica da Caixa.

O Banco do Brasil (BB) oferece diversas linhas de crédito destinadas a custear os dispêndios realizados pelos produtores rurais.

A modalidade de crédito rural, oferecida pelo BB, destinada ao beneficiamento, custeio e industrialização da produção é denominada

A) Funcafé Custeio

ERRADO - Funcafé Custeio é uma linha de crédito específica para o setor cafeeiro, voltada para o custeio das despesas de produção. Não abrange o beneficiamento e a industrialização da produção de maneira geral.

B) Custeio Agropecuário

ERRADO - Custeio Agropecuário é uma linha de crédito voltada para o financiamento das despesas do ciclo produtivo agropecuário, não incluindo o beneficiamento e a industrialização da produção.

C) Pronamp Custeio

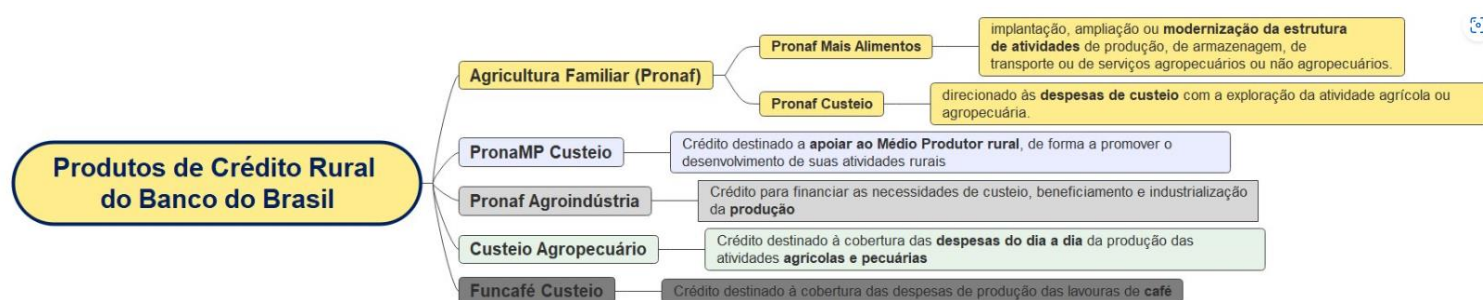
ERRADO - Pronamp Custeio é uma linha de crédito destinada ao custeio de atividades agropecuárias para médios produtores rurais, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Não engloba beneficiamento e industrialização da produção.

D) Pronaf Agroindústria

CERTO - Pronaf Agroindústria é a modalidade de crédito rural oferecida pelo Banco do Brasil que financia o beneficiamento, custeio e industrialização da produção. Essa linha de crédito faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e é destinada aos produtores rurais enquadrados no programa.

E) Crédito Rural Pronaf Custeio

ERRADO - Crédito Rural Pronaf Custeio é uma linha de crédito voltada para o custeio das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No entanto, não abrange o beneficiamento e a industrialização da produção.



Na estrutura do Sistema Financeiro Nacional, algumas instituições funcionam com o objetivo principal de prover recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Tal objetivo envolve tarefas típicas dos bancos

A) de investimento

Bancos de investimento são instituições financeiras não monetárias – incapazes, portanto, de gerar moeda escritural por meio de suas operações normais –, de caráter privado, voltadas a operações de crédito de médio e longo prazos, principalmente no tocante ao financiamento de capital de giro e capital fixo da atividade produtiva, participação societária de caráter temporário e de gestão de recursos de terceiros. São constituídos sob a forma de sociedade anônima e, em sua denominação, deverá constar obrigatoriamente a expressão “Banco de Investimento”.

É característica desse tipo de instituição realizar operações de maior escala, operando com repasses de recursos externos, aquisição e subscrição de valores mobiliários, concessão de garantias a empréstimos obtidos no Brasil ou no exterior, financiamento de capital de giro e de capital fixo, reestruturação financeira e societária de instituições privadas, dentre outras atividades.

B) de desenvolvimento

Bancos de desenvolvimento são instituições financeiras não monetárias (não bancárias) de personalidade pública e âmbito estadual, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e devendo adotar em sua denominação, obrigatoriamente, a expressão “Banco de Desenvolvimento” seguido do nome do Estado em que esteja localizada sua sede ou da região de sua abrangência. Detalhe importante é que estas instituições deverão estar sediadas na capital do Estado detentor do controle acionário.

O objetivo dos bancos de desenvolvimento é distinto dos objetivos dos bancos convencionais. A força motriz das atividades exercidas por esta espécie de instituição financeira gira em torno do tema desenvolvimento econômico, financiando a médio e longo prazos empreendimentos e atividades que visem o desenvolvimento socioeconômico dos Estados em que possuem ingerência, sobretudo em respeito a iniciativas vinculadas à ampliação e melhoramento da capacidade produtiva, reorganizações estruturais em setores econômicos relevantes, incremento da produção rural e promoção à incorporação e ao desenvolvimento de tecnologias gerenciais e de produção.

C) centrais

O Bacen atua como órgão executivo do Sistema Financeiro Nacional e como Secretaria do Conselho Monetário Nacional, realizando funções de fiscalização, controle e regulação suplementar do SFN, observando sempre o disposto pelo CMN.

D) múltiplos

Bancos múltiplos (também conhecidos como bancos mistos) são instituições financeiras dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado, constituídas sob a forma de sociedade anônima e organizadas sob a combinação das seguintes carteiras:

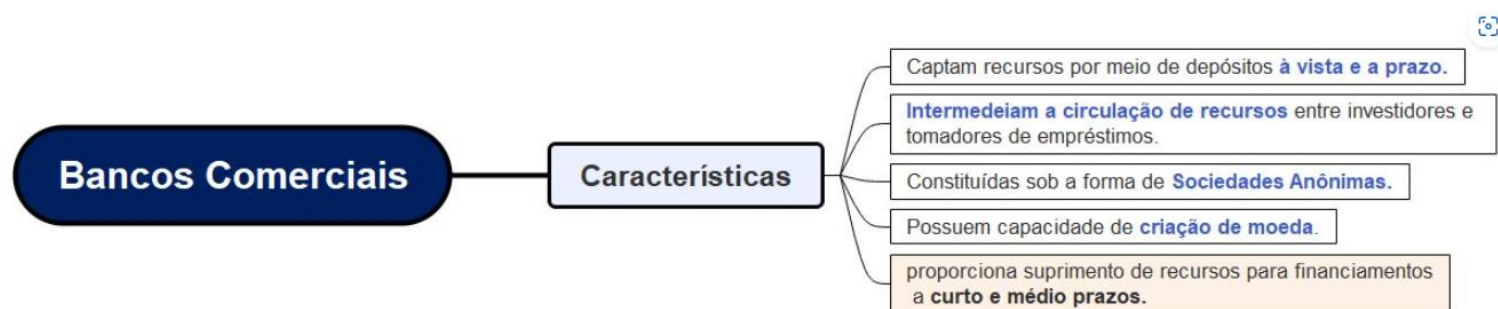
- comercial;
- de investimento e/ou desenvolvimento;
- de crédito imobiliário;
- de arrendamento mercantil; e
- de crédito, financiamento e investimento.

Os bancos múltiplos são constituídos com, no mínimo, 2 (duas) dessas carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente a carteira comercial ou a carteira de investimento. No mais, sujeitam-se à mesma regulamentação aplicável às instituições que operam carteiras singulares, e na sua denominação deverá constar a expressão “Banco”.

E) comerciais

CORRETO. Bancos comerciais são instituições financeiras monetárias (também denominadas instituições financeiras bancárias) – ou seja, dotadas de capacidade de criação de moeda escritural através do efeito multiplicador da moeda – constituídas sob a forma de sociedade anônima, voltadas à captação de recursos mediante depósitos à vista e a prazo e à intermediação de recursos entre poupadores e tomadores.

Buscam, através de operações de curto e médio prazos, disponibilizar recursos para pessoas físicas e jurídicas mediante a concessão de crédito, através de operações de empréstimo e financiamento, desconto de títulos, adiantamentos sob caução (garantia) de títulos comerciais, cheque especial e outros. Sua atividade, contudo, não se limita a essas operações, disponibilizando aos seus clientes uma vasta lista de serviços relacionados, direta ou indiretamente, com a intermediação financeira, como a cobrança de títulos e recebimento de títulos, oferta de opções básicas de investimento (como poupança e CDB), emissão de cheques, transferência de recursos entre correntistas internos e externos à instituição, guarda de documentos e outros valores (cofre), venda de produtos relacionados ao mercado de seguros, comercialização de produtos de capitalização, dentre outras possibilidades.



58. Algumas instituições financeiras são autorizadas a arrecadar tarifas públicas e impostos. O recolhimento de tais tarifas e impostos

a) não pode ser efetuado em terminais virtuais, internet banking.

ERRADO. Não há qualquer motivo para tal vedação, uma vez que a efetivação do pagamento via terminais virtuais diminui o custo de prestação de serviços para a instituição financeira, bem como facilita o adimplemento da obrigação por aquele que efetua o pagamento da tarifa ou do imposto (no caso da questão em exame).

b) diminui a evasão fiscal.

CORRETO. Considerado como o evento que engloba tanto a decisão/comportamento, mesmo que involuntária, do contribuinte em não recolher os impostos devidos quanto a impossibilidade do ente federativo arrecadador em efetivamente arrecadar o tributo, a evasão fiscal tende a ser efetivamente reduzida pelo estabelecimento de convênios entre estes entes e as instituições financeiras, uma vez que facilita sobremaneira o adimplemento das obrigações perante o fisco.

c) constitui-se em convênio exclusivo da União.

ERRADO. Conforme pode-se verificar da leitura dos incisos I e III do art. 1º da Res. CMN nº 1764/1990, tais convênios podem ser estabelecidos não apenas entre a União e as instituições financeiras discriminadas no caput do dispositivo, mas também entre essas últimas e, por exemplo, outros entes da federação, bem como concessionárias de serviços públicos.

d) é um serviço direcionado a empresas.

ERRADO. Na mesma linha da explicação da alternativa anterior, os referidos convênios podem ser estabelecidos entre, de um lado, as instituições financeiras, e de outro lado entes federativos (destinatários dos tributos) ou empresas (por exemplo, as concessionárias de serviços públicos), tendo como destinatários finais da cobrança (aqueles que suportam o pagamento final do valor cobrado) pessoas físicas ou jurídicas. Assim, não procede a afirmação de que tal serviço é um serviço direcionado a empresas.

e) aumenta os custos de arrecadação da cobrança.

ERRADO. Considerando que as instituições financeiras têm a possibilidade de reter os valores arrecadados pelo prazo máximo determinado pelo convênio para a transferência dos recursos arrecadados (auferindo receita com tal prática, e tornando o estabelecimento de tais convênios um procedimento lucrativo para as instituições financeiras), bem como considerando que na inexistência de tais convênios governos e empresas não-financeiras teriam de estabelecer outros instrumentos de cobrança (algo que não é sua especialidade), tais convênios acabam por reduzir os custos de arrecadação da cobrança, e não aumentá-los.

59. Considere o texto a seguir.

"O bom desempenho dos grandes bancos em meio à pior recessão da história brasileira comprovou a solidez do sistema financeiro do país, porém colocou sob os holofotes o poder de mercado dessas instituições – que não era desconhecido, mas se mostrou maior do que se podia imaginar. Se na crise de 2008, os bancos americanos e europeus viram seus resultados despencarem, as cinco maiores instituições do país absorveram mais de R\$360 bilhões em calotes no crédito desde 2014, sem que sua rentabilidade, sempre entre as maiores do setor em comparações internacionais, fosse substancialmente afetada. Mesmo após a perda com inadimplência e todos os outros custos, inclusive tributários, o lucro somado desse grupo de bancos atingiu R\$244 bilhões entre 2014 e 2017 (...). "Aqui, os bancos têm domínio da oferta de crédito. Com isso, não há competição forte", diz Alberto Borges Matias, professor aposentado da USP e presidente do Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (Inepad)."

De acordo com o texto, a despeito da grave recessão ocorrida no período 2015-2016 e das perdas com inadimplência, o principal fator que explica a elevada rentabilidade dos principais bancos que atuam no Brasil, no período recente, foi a(o)

(a) ausência de regulação do sistema bancário brasileiro

ERRADO. Afora não ter sido citada no texto como fator explicativo da rentabilidade do setor bancário, a ideia de que a regulação do sistema bancário brasileiro é ausente ou falha não procede, sendo nossa regulação comparável a muitas das melhores congêneres internacionais.

(b) elevada concentração bancária

CERTO. O texto expressa tal posição a partir do trecho "Aqui, os bancos têm domínio da oferta de crédito. Com isso, não há competição forte", sendo tal argumento condizente com a realidade verificada em nosso setor bancário, em que as cinco maiores instituições concentram boa parte do mercado bancário no Brasil.

c) elevada taxa de juros incidente sobre os recursos captados pelos bancos

ERRADO. Uma elevada taxa de juros incidente sobre os recursos captados pelos bancos não poderia ser elencada como fator a explicar a elevada rentabilidade dos grandes bancos, pois a existência da mencionada taxa de juros, em patamares elevados, influenciaria a rentabilidade bancária em sentido oposto, ou seja, reduzindo a rentabilidade, ao cobrar juros mais elevados dos bancos para acessar capital de terceiros.

d) elevado percentual dos depósitos compulsórios exigidos pelo Banco Central

ERRADO. Da mesma forma, o elevado percentual de depósitos compulsórios exigidos pelo Banco Central, ao diminuir o volume de moeda disponível na economia, reduz a capacidade de empréstimo por parte dos bancos (dado que eles precisam deixar parte considerável dos recursos depositados junto ao BACEN), impactando negativamente sua rentabilidade.

e) elevado custo de tributação bancária

ERRADO. O elevado custo da tributação bancária, embora não possa ser considerado como um fator redutor da rentabilidade bancária (uma vez que tal custo é, via de regra, repassado para o cliente), também não pode ser considerado como um elemento que explique as altas rentabilidades dos bancos brasileiros.

De acordo com a legislação brasileira, os bancos de investimento

a) podem financiar a compra de bens de consumo duráveis.

ERRADA. Os bancos de investimento orientam-se para a realização de operações de crédito de médio e longo prazos, não operando com a oferta dos produtos mais convencionais do mercado financeiro, como o financiamento da compra de bens de consumo duráveis. Dentre seus objetivos principais, destaca-se a oferta de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro.

b) podem abrir contas-correntes para seus clientes..

ERRADA. Os bancos de investimento NÃO estão habilitados apenas à abertura de contas à vista, apenas a prazo.

c) podem captar recursos via depósitos a prazo.

CORRETA. Bancos de investimento são instituições financeiras não monetárias, de caráter privado, voltadas a operações de crédito de médio e longo prazos. Não trabalham com a oferta dos produtos mais convencionais do mercado financeiro, como conta corrente, conta poupança, cartões (de crédito ou débito) e serviços correlatos, porque não opera com a captação de recursos mediante depósitos à vista. Seus recursos derivam de operações de depósito a prazo, dentre outras operações passivas de captação (Resolução CMN nº 2.624/999):

Art. 2º Os bancos de investimento podem empregar em suas atividades, além de recursos próprios, os provenientes de:

- I - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;
- II - recursos oriundos do exterior, inclusive por meio de repasses interbancários;
- III - repasse de recursos oficiais;
- IV - depósitos interfinanceiros;
- V - outras formas de captação autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

d) não podem funcionar como instituições financeiras privadas.

ERRADA. Os bancos de investimento deverão ser instituições privadas, unicamente (Resolução CMN nº 2.624/999): Art. 1º Estabelecer que os bancos de investimento, instituições financeiras de natureza privada, especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros, devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima.

e) não podem administrar recursos de terceiros.

ERRADA. A administração de recursos de terceiros constitui uma das principais atividades próprias dos bancos de investimento (Resolução CMN nº 2.624/999):

Art. 1º Estabelecer que os bancos de investimento, instituições financeiras de natureza privada, especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros, devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima.

61. Os bancos de investimento são caracterizados por

a) captar recursos por depósitos à vista.

INCORRETO. Os bancos de investimento não podem captar recursos via depósitos à vista, devendo empregar apenas os recursos estritamente definidos no art. 2º da Res. CMN nº 2624/1999:

Art. 2º Os bancos de investimento podem empregar em suas atividades, além de recursos próprios, os provenientes de:

- I - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;
- II - recursos oriundos do exterior, inclusive por meio de repasses interbancários;
- III - repasse de recursos oficiais;
- IV - depósitos interfinanceiros;
- V - outras formas de captação autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

b) ser especializados em operações de curto prazo.

INCORRETO. Conforme o art. 1º da Res. CMN nº 2624/1999, os bancos de investimento estão focados na concessão de linhas de crédito de prazo mais longo (para suprimento de capital fixo e de giro), devendo as operações creditícias de prazo mais curto serem desenvolvidas preferencialmente pelos bancos comerciais.

Art. 1º Estabelecer que os bancos de investimento, instituições financeiras de natureza privada, especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros, devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima.

c) poder captar recursos através dos Certificados de Depósito Bancário.

CORRETO. É o que prevê expressamente o inciso I art. 2º da Res. CMN nº 2624/1999:

Art. 2º Os bancos de investimento podem empregar em suas atividades, além de recursos próprios, os provenientes de:

I - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;

CDB => São títulos privados representativos de depósitos a prazo feitos por pessoas físicas ou jurídicas. Podem emitir CDB os bancos comerciais, múltiplos, de investimento, de desenvolvimento e a Caixa Econômica Federal. O Bacen recentemente autorizou as Financeiras a emitir CDB também.

RDB => pode ser emitido por bancos comerciais, múltiplos, de desenvolvimento e de investimento, Caixa Econômica Federal e por sociedades de crédito, financiamento e investimento, além dos consórcios. Por ser um título nominativo, intransferível, não é admitida negociação em mercado secundário.

Em amarelo as instituições que podem emitir RDB mas não CDB.

d) poder aplicar livremente no setor público.

INCORRETO. Os bancos de investimento, conforme o já referido art. 1º da Res. CMN nº 2624/1999, são instituições financeiras de natureza privada, especializada na promoção de operações financeiras junto a atores privados, a taxas de mercado.

e) não ser regulados pelo Banco Central do Brasil.

INCORRETO. Como a própria existência da resolução do CMN - Conselho Monetário Nacional deixa claro, a regulação dos bancos de investimento passa sim pelo Banco Central do Brasil. "Art. 4º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas e editar as normas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução."

62. A Resolução no 4.553, de 30 de janeiro de 2017, estabelece a segmentação do conjunto de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a aplicar proporcionalmente a regulação prudencial. De acordo com essa Resolução, o Segmento 2 (S2) é composto pelos(as)

A) bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas, de porte inferior a 10% e igual ou superior a 1% do PIB.

ERRADO - O Segmento 2 (S2) não é composto por instituições financeiras de porte inferior a 10% e igual ou superior a 1% do PIB, como descrito na opção A. Na verdade, essa definição é utilizada para as instituições que compõem o Segmento 1 (S1), que possuem maior porte.

B) bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas que tenham porte igual ou superior a 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

CERTO - O Segmento 2 (S2) é composto por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas que tenham porte igual ou superior a 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

C) instituições de porte inferior a 0,1% do PIB que utilizem metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, exceto bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas.

ERRADO - A definição apresentada na opção C corresponde às instituições que compõem o Segmento 4 (S4), que são as de menor porte e utilizam metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal.

D) instituições de porte inferior a 1% e igual ou superior a 0,1% do PIB.

ERRADO - A definição apresentada na opção D não corresponde ao Segmento 2 (S2), uma vez que não são mencionados os tipos de instituições financeiras que compõem esse segmento, diferentemente do que ocorre nas opções B e C.

E) instituições de porte inferior a 0,1% do PIB.

ERRADO - A definição apresentada na opção E corresponde ao Segmento 4 (S4), que é formado pelas instituições de menor porte, com participação inferior a 0,1% do PIB.

SEGMENTOS	COMPOSIÇÃO	PORTE* E ATIVIDADE INTERNACIONAL
S1	Bancos***	Maiores ou iguais a 10% do PIB (ou atividade internacional relevante)
S2	Bancos de tamanho inferior a 10% do PIB e demais instituições com tamanho superior a 1% do PIB	De 1% a 10% do PIB
S3	Bancos e instituições não bancárias	De 0,1% a 1% do PIB
S4	Bancos e instituições não bancárias	Inferior a 0,1%
S5	Instituições não bancárias com perfil de risco simplificado	Inferior a 0,1%

Desde janeiro de 2018, os novos contratos de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados a financiar os investimentos das empresas brasileiras, passaram a ser corrigidos pela

A) taxa de juros neutra

ERRADO - A "taxa de juros neutra" não é utilizada como referência para correção dos empréstimos do BNDES.

B) London Interbank Offered Rate (LIBOR)

ERRADO - A London Interbank Offered Rate (LIBOR) é uma taxa de juros interbancária internacional, amplamente utilizada em contratos financeiros, mas não é utilizada como referência para correção dos empréstimos do BNDES.

C) taxa de longo prazo (TLP)

CERTO - Desde janeiro de 2018, os novos contratos de empréstimos do BNDES são corrigidos pela Taxa de Longo Prazo (TLP), que é uma taxa de juros definida pelo governo federal e é baseada na variação da inflação medida pelo IPCA e em um prêmio de risco.

BNDES O banco nacional do desenvolvimento	
MENU	FINANCIAMENTO
Taxa de Longo Prazo - TLP	
Valor da TLP	
IPCA + 6,15% a.a.	
Taxa para contratos assinados em março de 2023.	

D) taxa de juros de longo prazo (TJLP)

ERRADO - A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) foi uma taxa de juros utilizada pelo BNDES como referência para correção dos empréstimos concedidos a partir de 1994 até dezembro de 2017, quando foi substituída pela TLP.

E) taxa de juros básica de curto prazo (Selic)

ERRADO - A taxa de juros básica de curto prazo (Selic) é utilizada como referência para a fixação da política monetária pelo Banco Central do Brasil, mas não é utilizada como referência para correção dos empréstimos do BNDES.

Uma pessoa que atua em pequeno comércio localizado em município de porte médio necessita de capital de giro, tendo em vista que seus clientes são responsáveis por valores pagos a prazo. Nos termos do contrato de factoring, uma de suas características principais consiste na

A) cessão de créditos

CERTO - A cessão de créditos é uma das características principais do contrato de factoring, em que uma empresa (faturizada) vende seus créditos a receber a uma instituição financeira (faturizadora) em troca de recursos financeiros imediatos.

B) existência de direito de regresso

ERRADO - O direito de regresso é uma cláusula contratual comum em operações de securitização e não está diretamente relacionado ao contrato de factoring.

C) fiscalização por Associação Comercial

ERRADO - A fiscalização por Associação Comercial não é uma característica do contrato de factoring, mas pode ocorrer em algumas operações de factoring que envolvem a atuação de associações comerciais.

D) inclusão como ato financeiro

ERRADO - A inclusão como ato financeiro não é uma característica do contrato de factoring, mas sim uma classificação mais ampla de operações financeiras.

E) regulação pelo Banco Central

ERRADO - O contrato de factoring não é regulado pelo Banco Central, mas sim pela Lei nº 9.249/1995 e pela Lei nº 13.019/2014 (para empresas públicas).

Factoring é uma operação financeira em que uma empresa (faturizada) vende seus créditos a receber a uma instituição financeira (faturizadora) em troca de recursos financeiros imediatos. Essa operação é uma forma de antecipar o recebimento de valores que seriam pagos a prazo, permitindo que a empresa tenha acesso a recursos para financiar seu capital de giro ou investimentos. A faturizadora assume o risco de crédito dos recebíveis, realizando a cobrança dos valores junto aos devedores. Além disso, ela pode prestar serviços adicionais à empresa, como análise de crédito dos clientes, gestão de contas a receber e assessoria financeira.

É responsável pela regulamentação das instituições de factoring a

a) Anbima

ERRADO. Trata-se da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, entidade responsável, dentre outras atribuições, por emitir certificações profissionais (como CPA-10, CPA-20 e CEA) dirigidas a profissionais que estejam envolvidos com produtos de investimento.

b) Selic

ERRADO. Trata-se do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos. Também é o nome dado à taxa média, para os títulos federais, apurada no âmbito do referido sistema.

c) Cetip

ERRADO. Trata-se da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, que desde de 2009 é uma companhia de capital aberto que oferece serviços de registro, central depositária, negociação e liquidação de ativos e títulos.

d) Anfac

CERTO. Considerando que as sociedades de fomento mercantil ou factoring não são instituições financeiras, elas não se subordinam à fiscalização do Banco Central do Brasil.

No entanto, são regulamentadas, na prática, pela ANFAC (Associação Nacional de Fomento Comercial).

“O objetivo da ANFAC, dentre outros, é representar suas empresas associadas em todas as esferas – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades representativas da sociedade – como também contribuir para o aperfeiçoamento normativo da atividade” (ANFAC, 2021).

Além disso, as sociedades de fomento mercantil subordinam-se às normas do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no que se refere à prevenção de crimes de lavagem de dinheiro.

e) Susep

ERRADO. Trata-se da Superintendência de Seguros Privados, autarquia federal responsável pela fiscalização dos setores de seguros, capitalização e previdência aberta.

No contrato internacional de factoring, existe a necessidade de realização de

- A) dois contratos
- B) três contratos
- C) quatro contratos
- D) cinco contratos
- E) seis contratos

O contrato de factoring pode englobar prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços, e é utilizada massivamente como uma alternativa ao desconto de títulos junto a instituições financeiras, a partir da cessão de créditos oriundos de operação de natureza comercial.

Quando falamos nos agentes envolvidos no factoring comum, estamos a tratar de um contrato em que uma pessoa (o faturizador) recebe de outra (o faturizado) a cessão de créditos de natureza comercial, assumindo com tal operação o risco de sua liquidação. Contudo, quando trasladamos o contrato de factoring para o âmbito internacional, a existência de fronteiras nacionais torna sua operacionalização mais complexa.

Desta forma, o factoring internacional se caracteriza pela existência de **"dois pactos distintos, mas intimamente conexos**, um levado a cabo entre o exportador e o export-factor e outro entre este último e o import-factor, denominado de factoring sucessivo, [...] a quem incumbirá a verificação da idoneidade do devedor, necessária para a conclusão do negócio internacional, e a posterior cobrança da fatura".

Um banco sofreu intervenção do Banco Central e teve os ativos indisponibilizados. Um de seus correntistas, preocupado com os valores dos seus depósitos, constata que o sistema possui o denominado Fundo Garantidor de Crédito (FGC) que protege a maior parte das aplicações financeiras das instituições associadas.

A natureza do FGC é de

A) Cooperativa econômica

ERRADO. As cooperativas econômicas são organizações que atuam no interesse comum dos membros, visando proporcionar benefícios econômicos e sociais. O FGC não se enquadra nessa categoria.

B) Entidade privada sem fins lucrativos

Esta opção está correta. O FGC é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal proteger os correntistas, poupadores e investidores em caso de falência, intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária (RAET) das instituições financeiras associadas.

C) Organização múltipla

ERRADO. Uma organização múltipla engloba diferentes entidades com diferentes propósitos e objetivos. O FGC não se encaixa nessa definição, pois tem uma finalidade específica.

D) Pessoa confessional

ERRADO. A expressão "pessoa confessional" não se aplica a entidades como o FGC. "Confessional" geralmente se refere a organizações ou indivíduos ligados a uma confissão religiosa, o que não é o caso do FGC.

E) Sociedade empresarial

ERRADO. As sociedades empresariais são organizações com fins lucrativos e visam atingir objetivos comerciais. O FGC, como mencionado anteriormente, é uma entidade sem fins lucrativos.

O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem como objetivo proteger os depositantes e investidores em caso de insolvência de uma instituição financeira associada. Ele foi criado em 1995, como uma resposta à crise financeira que ocorreu na década de 1990 no Brasil, com o intuito de aumentar a confiança dos clientes em relação ao sistema financeiro nacional.

O FGC funciona como um mecanismo de proteção ao sistema financeiro, oferecendo uma garantia de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ em cada instituição financeira associada. Isso significa que, em caso de falência, liquidação extrajudicial ou intervenção da instituição financeira, o FGC reembolsará os depositantes e investidores até o limite máximo de garantia estabelecido.

As instituições financeiras associadas ao FGC são obrigadas a contribuir regularmente com um percentual de seus depósitos para o fundo, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil. Atualmente, a maioria das instituições financeiras brasileiras, incluindo bancos, cooperativas de crédito e financeiras, são associadas ao FGC.

É importante destacar que a garantia oferecida pelo FGC não se aplica a todos os tipos de investimentos financeiros, mas sim aos depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo, letras de câmbio, letras imobiliárias, letras hipotecárias, entre outros. Por isso, é fundamental que os investidores conheçam as condições e limites de garantia oferecidos pelo FGC antes de aplicar seu dinheiro em uma instituição financeira.

Uma diretora de sociedade empresária, que atua em várias regiões e é beneficiada por fundos regionais, busca novos mercados e pleiteia benefícios na Região Amazônica.

Nos termos da Lei nº 7.827/1989, no caso de empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais, a concessão de financiamentos fica condicionada à regularidade da situação para com a

A) Sociedade Nacional de Empréstimos

ERRADO. A "Sociedade Nacional de Empréstimos" não existe como uma entidade relacionada a concessão de financiamentos e regulamentação das empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais.

B) Federação das Indústrias do Norte

ERRADO. As Federações das Indústrias são organizações que representam os interesses das indústrias em suas respectivas regiões, mas não são responsáveis pela concessão de financiamentos ou pela verificação da regularidade das empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais.

C) Direção Fiscal do Fundo

ERRADO. A "Direção Fiscal do Fundo" não existe como uma entidade específica relacionada a concessão de financiamentos e regulamentação das empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais.

D) Comissão de Valores Mobiliários

CERTO. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é a autarquia responsável pela regulação e fiscalização do mercado de valores mobiliários no Brasil. Uma das condições para a concessão de financiamentos a produtores e empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais é a regularidade da situação desses produtores e empresas com a CVM.

E) Confederação de Empresas da Amazônia

ERRADO. A "Confederação de Empresas da Amazônia" não existe como uma entidade relacionada a concessão de financiamentos e regulamentação das empresas beneficiárias de fundos de incentivos regionais ou setoriais.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07/12/1976, pela Lei nº 6.385/76.

A) é um órgão emissor de moeda-papel.

ERRADO. A CVM não é um órgão emissor de moeda-papel. Essa função é do Banco Central do Brasil, que tem a autoridade exclusiva para emitir a moeda nacional.

B) é vinculada à Casa Civil.

ERRADO. A CVM não é vinculada à Casa Civil. A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia, sendo responsável pela regulação e fiscalização do mercado de valores mobiliários no Brasil.

C) fornece crédito às instituições.

ERRADO. A CVM não é uma instituição financeira e não tem como função fornecer crédito a outras instituições. Sua principal função é regular e fiscalizar o mercado de valores mobiliários.

D) é responsável por formular a política de crédito.

ERRADO. A CVM não é responsável por formular a política de crédito. Essa função é do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, que atuam em conjunto na formulação e implementação das políticas monetária, cambial e de crédito.

E) regula mercados da Bolsa de balcão.

CERTO. A CVM é responsável pela regulação e fiscalização dos mercados de bolsa e de balcão no Brasil, garantindo o funcionamento eficiente e a integridade dos mesmos. A Bolsa de balcão é um mercado descentralizado onde são negociados títulos e valores mobiliários não listados em uma bolsa de valores.

No mercado de capitais brasileiro, os principais responsáveis pela intermediação de compra e venda de títulos e valores mobiliários entre investidores e tomadores de recursos são as(os)

a) corretoras e distribuidoras.

CORRETA. As Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários – SCTVM e as Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários – SDTVM são entidades auxiliares que atuam na intermediação do ambiente de mercado de valores mobiliários, não se enquadrando como instituições financeiras em sentido próprio. As SCTVM e as SDTVM atuam tanto no mercado de capitais quanto no mercado de câmbio, intermediando a negociação de títulos e valores mobiliários entre os agentes do mercado, promovendo liquidez e agilidade às operações, dentre outras funções que lhes são particulares.

b) bolsas de valores.

ERRADA. Bolsas de valores são instituições voltadas à administração de mercados organizados de títulos e valores mobiliários, assumindo perfil eminentemente auxiliar no tocante às atividades que são desenvolvidas no ambiente do mercado financeiro. Em síntese, as bolsas podem ser definidas como entidades voltadas à manutenção de um ambiente organizado que possibilite a negociação de títulos e valores mobiliários entre os agentes operadores do mercado.

Nesse sentido, a função principal destas instituições (não financeiras) é proporcionar liquidez aos títulos que venham a ser negociados no mercado, possibilitando a formação do preço justo através das forças de demanda e oferta. Orientam-se, portanto, por premissas como: liberdade de negociação (livre mercado), transparência das informações e operações realizadas e observância da legislação aplicável.

c) companhias abertas.

ERRADA. Companhias abertas são entidades privadas que buscam recursos financeiros no mercado de capitais através da participação de outros investidores para a concretização de seus, mediante a abertura de capital.

d) empresas de auditoria.

ERRADA. As empresas de auditoria desenvolvem atividades relacionadas à verificação e certificação de processos operacionais e demonstrações contábeis, e não com a intermediação de compra e venda de títulos e valores mobiliários.

e) auditores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ERRADA. A auditoria realizada pela CVM refere-se à observância da legislação aplicável, bem como pela confirmação de práticas prudentes e equitativas de mercado. Não, há, por parte desta autarquia, qualquer relação com a intermediação de compra e venda de títulos e valores mobiliários.

O trecho seguinte alude a importante mercado em que são transacionados os títulos públicos no Brasil:

"Todas as transações com títulos públicos se dão em seu âmbito. Ele é o mercado de dívida pública brasileiro e nele se encontram tanto o Banco Central do Brasil realizando a política monetária, quanto o Tesouro, responsável pela gestão da dívida pública e financiamento do governo."

O Mercado Brasileiro de Dívida Pública. Campinas: Alínea, 2021, p.6, Adaptado.

O trecho se refere ao mercado

A) Cambial

ERRADO. O mercado cambial trata das negociações de moedas estrangeiras e não envolve diretamente a negociação de títulos públicos.

B) Acionário

ERRADO. O mercado acionário é onde ocorrem as negociações de ações e outros valores mobiliários de empresas, não se referindo à negociação de títulos públicos.

C) CETIP

ERRADO. A CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos) foi uma empresa que atuava no registro e custódia de títulos e valores mobiliários e na liquidação de operações financeiras, mas a CETIP foi incorporada pela B3 S.A. em 2017. Portanto, a CETIP não é mais um mercado em funcionamento.

D) SELIC

CERTO. O mercado mencionado no trecho é o mercado SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). O SELIC é o sistema de custódia e liquidação das operações envolvendo títulos públicos federais, sendo responsável pela negociação, liquidação e custódia desses títulos. Nesse mercado, tanto o Banco Central quanto o Tesouro Nacional desempenham papéis importantes na política monetária e na gestão da dívida pública.

E) PTAX

ERRADO. A PTAX (Taxa de Câmbio Média) é uma taxa média de câmbio, calculada pelo Banco Central, e não corresponde a um mercado onde são transacionados títulos públicos.

No Brasil, quando o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil fixa a meta anual para a taxa de juros básica de curto prazo da economia, tal meta é perseguida mediante compra e venda de títulos públicos por parte da autoridade monetária, cujo processamento é efetivado pelo (a)

A) Sistema de Compensação Bancária

ERRADO. O Sistema de Compensação Bancária é utilizado para processar e liquidar operações entre instituições financeiras, mas não é diretamente responsável pelo processamento de compra e venda de títulos públicos realizadas pelo Banco Central.

B) Sistema Brasileiro de Pagamentos

ERRADO. O Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP) engloba o conjunto de regras, processos e infraestruturas que permitem a transferência de recursos entre participantes do sistema financeiro. No entanto, não é o sistema específico responsável pelo processamento de compra e venda de títulos públicos realizadas pelo Banco Central.

C) Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados

ERRADO. A Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados, ou CETIP, foi uma empresa que atuava no registro e custódia de títulos e valores mobiliários, mas foi incorporada pela B3 S.A. em 2017. Além disso, a CETIP não era responsável pelas operações com títulos públicos realizadas pelo Banco Central.

D) Sistema Especial de Liquidação e Custódia

CERTO. O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é o sistema utilizado pelo Banco Central do Brasil para conduzir as operações de compra e venda de títulos públicos no âmbito da política monetária. Essas operações são chamadas de operações compromissadas e têm como objetivo principal manter a taxa básica de juros (SELIC) próxima à meta estabelecida pelo COPOM.

E) Sistema Geral do Mercado Aberto

ERRADO. Não existe um "Sistema Geral do Mercado Aberto" no contexto da política monetária brasileira. A política monetária é implementada principalmente por meio do mercado aberto, no qual o Banco Central realiza operações de compra e venda de títulos públicos, utilizando o sistema SELIC.

Com o objetivo de evitar crises financeiras, o Banco Central do Brasil tem adotado, nas últimas décadas, diversos mecanismos visando a compatibilizar as normas do Sistema Financeiro Nacional com os requisitos emanados dos chamados Acordos de Capital da Basileia, que estabelecem regras do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) para assegurar a estabilidade financeira internacional. Desde o final da década de 1980, foram emitidos os Acordos da Basileia I (1988), Basileia II (2004) e Basileia III (2010).

No caso do Acordo da Basileia III, concebido após a crise financeira global de 2008, as normas introduzidas e já implementadas pelo Banco Central do Brasil foram ainda mais rígidas, porque

- A) impuseram proibições aos bancos de transacionarem nos mercados de derivativos, altamente vulneráveis a especulações financeiras.
- B) estabeleceram mecanismos de supervisão bancária prudencial e disciplina do mercado bancário.
- C) fixaram exigências de capital para riscos de crédito e de mercado, bem como para risco operacional.
- D) adotaram maiores exigências adicionais de capital principal, incluindo procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito.**
- E) estabeleceram mecanismos de supervisão do processo de avaliação da adequação de capital dos bancos.

Os Acordos de Basileia, promovidos por um comitê com o mesmo nome da cidade suíça (Comitê da Basileia), constituem-se em acordos celebrados entre mais de uma centena de países com a finalidade específica de regular a atividade/funcionamento de bancos e outras instituições financeiras. A base destas regulamentações engloba dois eixos principais: (i) o estabelecimento de um modelo (aplicável internacionalmente) para a avaliação do risco de crédito suportado pelas instituições envolvidas, e (ii) a determinação de um índice mínimo de capital a ser mantido por tais instituições financeiras para evitar problemas de liquidez.

Por terem sido acordos sequenciais, é natural que o foco das deliberações de cada um dos acordos tem perfil de sucessivo aperfeiçoamento, ou seja, o acordo subsequente tende a aprimorar as diretivas emanadas no acordo anterior. Revisitemos de maneira sucinta as decisões principais que constituem cada um dos acordos:

- Basileia I (1988): o primeiro Acordo da Basileia teve o condão de introduzir os conceitos que viriam a pautar todas as deliberações subsequentes: traz a ideia de capital regulatório (montante de capital próprio alocado para a cobertura de riscos), bem como determina um índice mínimo de capital a ser seguido pelos bancos, e exige que estes procedam à avaliação de risco de suas operações de crédito.

- Basileia II (2004): a principal questão trazida pelo segundo acordo é a normativa de que a estrutura mínima de capital dos bancos esteja mais alinhada à conjuntura verificada pelos reguladores locais, de modo que permitiu que os limites de capital fossem adaptados às realidades específicas dos bancos.

- Basileia III (2010): aumentou as exigências de capital para os bancos (estabelecendo uma reserva extra, além do índice mínimo), bem como introduziu o conceito de mecanismos contracíclicos, para reduzir o risco de perdas frente a crises sistêmicas.

Assim, fica claro que o último dos acordos de Basileia foi construído como uma resposta à crise vivenciada pelo setor financeiro, em âmbito internacional, na primeira década deste século, trazendo um aumento nas exigências de capital aos bancos. O gabarito da questão é, portanto, a alternativa D.

O texto seguinte diz respeito à generalização das políticas monetárias consideradas não convencionais por parte dos bancos centrais do mundo inteiro. Os bancos centrais globais agora percebem que políticas monetárias antes consideradas não convencionais e temporárias agora se revelam convencionais e duradouras. Obrigados a encontrar novas soluções devido à crise financeira de 2008 e novamente neste ano por causa da pandemia de coronavírus, o Federal Reserve (Fed, na sigla em inglês), o Banco Central Europeu e a maioria dos bancos centrais internacionais se tornaram mais agressivos e inovadores do que nunca na defesa das economias contra a recessão e ameaça de deflação.

a) redução da taxa básica de juros.

ERRADA. A manipulação da taxa básica de juros, com aumentos ou reduções, caracteriza uma das principais ferramentas à disposição da autoridade monetária para a operacionalização da política monetária. Em específico, com a redução da taxa de juros básica (Selic), busca-se estimular o consumo com a redução do custo do crédito.

b) compra de títulos públicos e privados por parte dos bancos centrais.

CORRETA. Através do Quantitative Easing, o banco central de um país realiza a compra de títulos públicos e privados, buscando a expansão da base monetária através da inserção de um maior volume de moedas no mercado. Trata-se de uma política heterodoxa, não convencional, pois não é prática comum do banco central operar com títulos privados.

c) redução das taxas de redesconto.

ERRADA. Sinteticamente, a operação de redesconto é uma operação de empréstimo de curtíssimo prazo realizada entre Banco Central e demais instituições financeiras monetárias, operada com a finalidade específica de suprimento de recursos para a manutenção da posição da conta do banco mantida junto ao Bacen. Os bancos não podem registrar saldos devedores nas contas de reservas, porém em algumas situações, em decorrência dos volumes transacionados, se veem em situação de risco, necessitando assim de um aporte momentâneo de recursos. Daí a operação de redesconto operada pelo Bacen, que através de uma taxa punitiva (desestimuladora dessa prática), empresta recursos à instituição financeira em situação deficitária.

O redesconto, assim, desponta também como instrumento de política monetária na medida em que, a depender da taxa de juros cobrada na operação, estimula ou não a instituição financeira a movimentar de forma mais perdulária ou restrita os recursos de que dispõe, influenciando, consequentemente, no volume de moeda disponível para o grande público.

d) expansão da base monetária.

ERRADA. O controle da base monetária é exercido pelo Banco Central do Brasil – Bacen, autoridade competente para operar os instrumentos da política monetária estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN (Lei nº 4.595/1964):

Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:

XII – Efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais;

O principal instrumento utilizado pelo Bacen para a efetivação da política monetária são as operações de mercado aberto (Open Market), mediante as quais, através da negociação de títulos públicos, a autoridade monetária pode controlar a oferta de moeda e a taxa de juros na economia de duas formas básicas:

- expansão da base monetária: é medida que busca atribuir liquidez à economia, liberando maior quantidade de moeda em circulação através da compra de títulos da dívida pública em posse de instituições financeiras e, conseqüentemente, reduzindo a taxa de juros praticada, já que o custo para a aquisição de dinheiro por operações de crédito é diminuída;
- retração da base monetária: antagonicamente, é medida que busca restringir a base monetária, reduzindo a liquidez e controlando o processo inflacionário através da venda de títulos da dívida pública a instituições financeiras, elevando a taxa de juros praticada, já que o custo para a aquisição de dinheiro por operações de crédito é aumentada.

e) venda de títulos com o compromisso de recompra pela autoridade monetária.

ERRADA. A alternativa trata do conceito de operações compromissadas, instrumento ordinário pelo qual o Bacen opera sua política monetária.

Essencialmente, o mercado de capitais canaliza a poupança da sociedade para suprir as necessidades das empresas por recursos produtivos. Promover o fortalecimento de mercados de capitais locais para que se tornem pilares para o desenvolvimento econômico tem sido um objetivo constante, em praticamente toda a comunidade internacional.

A) aumento do consumo imediato, maior propensão ao risco, alocação de recursos em poucos ativos e aumento da autonomia gerencial corporativa.

ERRADO. Esta alternativa não descreve corretamente as principais funções do mercado de capitais.

B) desmobilização do investimento, maior aversão ao risco, alocação enviesada de recursos e afrouxamento da rígida disciplina de capital corporativa.

ERRADO. Essa alternativa descreve características negativas que não são funções desejáveis do mercado de capitais.

C) mobilização da poupança, gestão de riscos, alocação eficiente de recursos e aumento da disciplina corporativa.

CERTO. Esta alternativa descreve as principais funções do mercado de capitais: mobiliza a poupança da sociedade, ajudando a canalizar recursos para investimentos; permite a gestão de riscos através da diversificação de investimentos; promove a alocação eficiente de recursos, direcionando-os para as melhores oportunidades; e aumenta a disciplina corporativa, melhorando a governança das empresas e a utilização dos recursos.

D) transferência do investimento para o futuro, eliminação dos riscos sistemáticos, construção de carteiras diversificadas e estímulo à governança.

ERRADO. A alternativa menciona algumas características e benefícios do mercado de capitais, mas não aborda corretamente todas as principais funções desse mercado.

E) estabilidade da propensão a consumir, redução do risco assistemático, alocação aleatória de recursos e extinção dos custos de agência.

ERRADO. Essa alternativa não descreve corretamente as principais funções do mercado de capitais.

Recentemente duas instituições se fundiram criando a B3. As instituições que se fundiram foram

A) Susep e Cetip

ERRADO. Susep (Superintendência de Seguros Privados) – autarquia federal responsável pela fiscalização e regulamentação do mercado de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros no Brasil.

B) Cetip e Bacen

ERRADO. Bacen (Banco Central do Brasil) – instituição responsável por regular o sistema financeiro do país e pela emissão da moeda nacional.

C) Bacen e CVM

ERRADO. CVM (Comissão de Valores Mobiliários) – autarquia federal responsável pela regulamentação e fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações, debêntures, fundos de investimento etc.) no Brasil.

D) BM&FBovespa e Bacen

ERRADO. Bacen (Banco Central do Brasil) – instituição responsável por regular o sistema financeiro do país e pela emissão da moeda nacional.

E) BM&FBovespa e Cetip

CERTO. A B3, empresa de capital aberto provedora de infraestrutura para o mercado financeiro tem suas origens da fusão, ocorrida ainda no ano de 2008, entre a BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), quando passou a denominar-se BM&FBOVESPA. A denominação B3 S.A. (que significa Brasil, Bolsa, Balcão) foi criada em março de 2017, a partir da fusão da então BM&FBOVESPA, bolsa de valores, mercadorias e futuros, com a CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), empresa prestadora de serviços financeiros no mercado de balcão organizado.

Em português, o termo "underwriting" é geralmente traduzido como "subscrição" ou "garantia de subscrição". No contexto do mercado financeiro, refere-se ao processo pelo qual uma instituição financeira (geralmente um banco de investimento ou uma corretora) auxilia na colocação de ações ou outros valores mobiliários de uma empresa no mercado primário, assumindo o risco de não venda das ações e se comprometendo a comprar os títulos que não forem vendidos aos investidores.

Existem títulos de dívida de longo prazo emitidos por sociedades de ações e destinados, geralmente, ao financiamento de projetos de investimento ou para alongamento do perfil de endividamento das empresas.

Tais títulos são

A) as ações

ERRADO - As ações representam a participação societária dos acionistas no capital social da empresa, não se tratando de títulos de dívida de longo prazo. As ações são negociadas no mercado de capitais e conferem aos acionistas direitos econômicos e políticos na empresa, tais como participação nos lucros e nas decisões estratégicas.

B) as debêntures

CERTO - As debêntures são títulos de dívida de longo prazo emitidos por sociedades de ações e destinados, geralmente, ao financiamento de projetos de investimento ou para alongamento do perfil de endividamento das empresas. As debêntures são negociadas no mercado de capitais e podem ser adquiridas por investidores pessoas físicas ou jurídicas.

C) os dividendos

ERRADO - Os dividendos representam a distribuição de lucros pelas empresas aos seus acionistas, não se tratando de títulos de dívida de longo prazo. Os dividendos são uma forma de remuneração aos acionistas pela participação societária na empresa.

D) os Depositary Receipts (DR)

ERRADO - Os Depositary Receipts (DR) são recibos de ações emitidos por bancos depositários no exterior, que representam ações de empresas negociadas em bolsas de valores estrangeiras. Os DR não são títulos de dívida de longo prazo, mas sim títulos que representam ações de empresas estrangeiras.

E) os Brazilian Depositary Receipts (BDR)

ERRADO - Os Brazilian Depositary Receipts (BDR) são recibos de ações emitidos por bancos depositários no Brasil, que representam ações de empresas negociadas em bolsas de valores estrangeiras. Os BDR não são títulos de dívida de longo prazo, mas sim títulos que representam ações de empresas estrangeiras.

No mercado de ações, existem instrumentos derivativos criados para minimizar os riscos de oscilação de preço, de modo a oferecer um mecanismo de proteção ao mercado contra possíveis perdas, além de servir para criar estratégias especulativas em relação à trajetória de preço das ações.

As negociações de calls e puts sobre ações e sobre o índice Ibovespa, para preços de exercício e datas de vencimento definidas pela bolsa de valores, quando da abertura das séries para tais operações, são realizadas no mercado:

A) à vista

Errado - O mercado à vista é aquele em que as transações são liquidadas de forma imediata, sem que haja prazo para o cumprimento das obrigações.

B) a termo

Errado - O mercado a termo é aquele em que as partes acordam um preço e uma data futura para liquidação da operação.

C) de especulação

Errado - Não existe um mercado específico de especulação, sendo que todas as operações realizadas em bolsa de valores envolvem algum grau de especulação.

D) de opções

CERTO - As negociações de calls e puts sobre ações e sobre o índice Ibovespa, para preços de exercício e datas de vencimento definidas pela bolsa de valores, são operações de opções. As opções são instrumentos derivativos que permitem ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um ativo subjacente (como uma ação) a um preço fixo (preço de exercício) em uma data futura (data de vencimento). As opções de compra são chamadas de "calls" e as opções de venda são chamadas de "puts". A realização dessas operações ocorre no mercado de opções.

E) de hedging

Errado - O mercado de hedging não é um mercado específico de negociação de ativos, mas sim uma prática financeira que busca reduzir ou eliminar os riscos de oscilação de preços de determinado ativo.

Por exemplo, um produtor de café pode usar o hedging para se proteger contra a queda nos preços do café no mercado futuro, vendendo contratos futuros de café. Dessa forma, ele garante um preço mínimo para seu produto, mesmo que os preços no mercado à vista diminuam. Da mesma forma, um investidor pode comprar opções de venda (puts) para proteger seu portfólio de ações contra uma possível queda no mercado.

Assim, o hedging é uma forma de se proteger contra riscos, sendo uma das ferramentas mais importantes no gerenciamento de risco nos mercados financeiros.

Admita que, num mesmo dia, dólares sejam negociados para venda à taxa de câmbio de R\$4,45/US\$, em São Paulo, e de R\$4,55/US\$, em Recife. Um operador de câmbio que comprasse, naquele dia, determinada quantia de dólares em São Paulo para vender em Recife estaria fazendo uma operação denominada

A) arbitragem

CERTO. A arbitragem é uma operação financeira que busca tirar proveito de diferenças de preços de um mesmo ativo em diferentes mercados. No exemplo fornecido, o operador compra dólares em São Paulo a R\$4,45/US\$ e os vende em Recife a R\$4,55/US\$, obtendo lucro com a diferença entre as taxas de câmbio.

B) especulação

ERRADO. Especulação é uma atividade na qual o investidor busca obter lucros no curto prazo a partir de variações de preços de ativos financeiros, como ações e moedas. Embora possa envolver a negociação de moedas, a especulação não se refere especificamente à operação descrita na questão.

C) triangulação

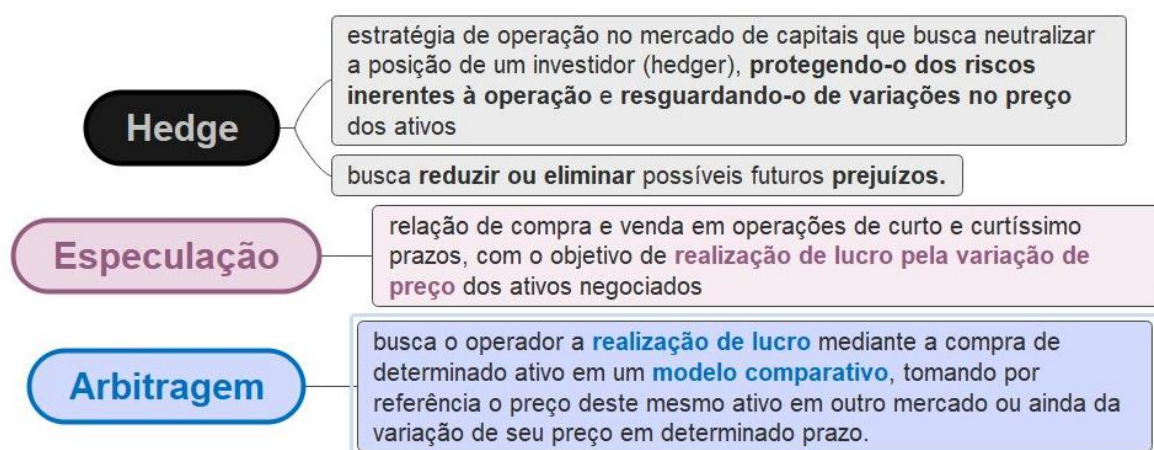
ERRADO. Triangulação é um termo que não se aplica diretamente ao contexto financeiro descrito na questão.

D) swap

ERRADO. Swap é um contrato financeiro derivativo no qual duas partes trocam fluxos financeiros entre si. Essa operação não se refere ao ato de tirar proveito das diferenças de preços de moedas em diferentes mercados.

E) hedging

ERRADO. Hedging (ou hedge) é uma estratégia utilizada para proteger investimentos contra riscos e volatilidades do mercado, como as flutuações cambiais. A operação descrita na questão não é um exemplo de hedging, pois busca lucrar com as diferenças nas taxas de câmbio.



As pessoas físicas e jurídicas que, em última análise, formam o mercado de câmbio, são os demandadores e os ofertadores de moeda estrangeira.

Assim, os(as)

a) exportadores de bens e serviços, residentes no Brasil, demandam moeda estrangeira no mercado de câmbio.

ERRADA. Exportadores de bens e serviços, residentes no Brasil, **ofertam** moeda estrangeira no mercado de câmbio nacional, pois recebem a remuneração de sua contraprestação em moeda estrangeira. Por isso que um processo de desvalorização da moeda nacional tende a estimular as exportações, pois os exportadores tendem a receber mais em moeda nacional dada a mesma quantidade de divisas recebidas pela exportação.

b) importadores de bens e serviços, residentes no Brasil, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.

ERRADA. Importadores de bens e serviços, residentes no Brasil, **demandam** moeda estrangeira no mercado de câmbio interno, pois precisam dos recursos para realizar o pagamento de suas demandas. Por isso, num processo de desvalorização da moeda nacional, o importador é prejudicado, pois precisará de mais moeda nacional para angariar os mesmos recursos em moeda estrangeira.

c) tomadores de empréstimos no exterior, residentes no Brasil, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio ao repagarem seus empréstimos externos.

ERRADA. Ao repagarem seus empréstimos externos, os tomadores de empréstimos no exterior, residentes no Brasil, **demandam** moeda estrangeira no mercado de câmbio, pois o pagamento de suas obrigações é processada em moeda estrangeira, não em reais.

d) turistas estrangeiros que vêm ao Brasil oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.

CORRETA. Turistas estrangeiros que vêm ao Brasil oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio, pois precisam realizar o câmbio de recursos estrangeiros com a moeda nacional.

e) empresas no Brasil, com sócios estrangeiros, ao pagar dividendos aos seus sócios, oferecem moeda estrangeira no mercado de câmbio.

ERRADA. Empresas no Brasil, com sócios estrangeiros, ao pagar dividendos aos seus sócios, demandam moeda estrangeira no mercado de câmbio, pois, via de regra, sócios estrangeiros, residentes no exterior, demandarão moeda estrangeira.

Aqueles que participam do mercado de câmbio de um país podem ser divididos entre os que produzem divisas e os que cedem divisas.

Produzem e cedem divisas, respectivamente, os

A) exportadores; os turistas estrangeiros

ERRADO. Tanto os exportadores quanto os turistas estrangeiros produzem divisas.

B) importadores; os que fazem transferências para o exterior

ERRADO. Ambos os importadores e os que fazem transferências para o exterior cedem divisas, ou seja, remetem dólares ao exterior.

C) que recebem transferências do exterior; os que remetem lucro ao exterior

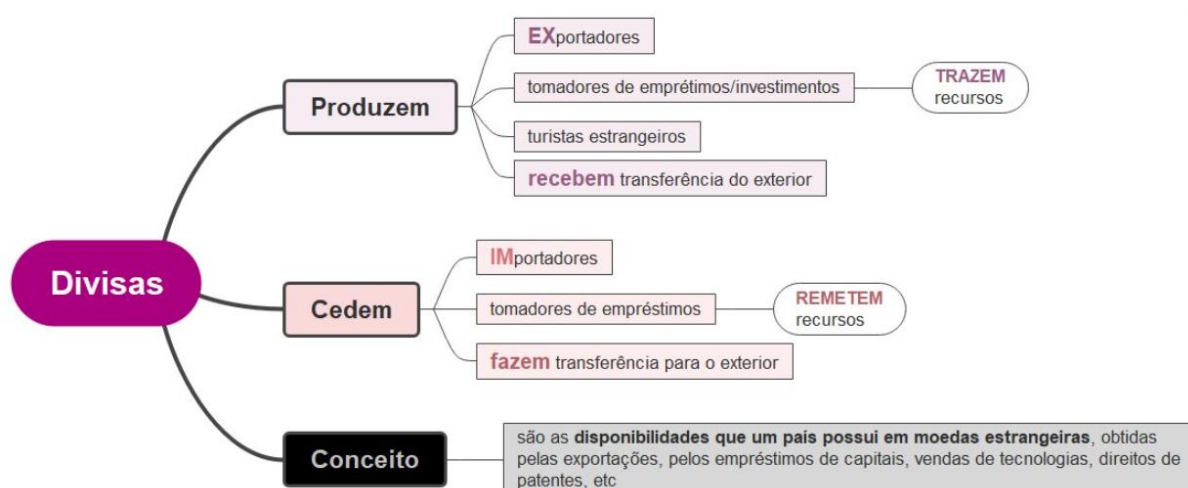
CERTO. Aqueles que recebem transferências do exterior produzem divisas, enquanto os que remetem lucro ao exterior cedem divisas.

D) tomadores de investimentos quando remetem dividendos ao exterior; os exportadores

ERRADO. Tomadores de investimentos quando remetem dividendos ao exterior cedem divisas, enquanto os exportadores produzem divisas.

E) tomadores de empréstimos quando remetem o principal ao exterior; os importadores

CERTO. Tomadores de empréstimos quando remetem o principal ao exterior cedem divisas, pois enviam recursos em moeda estrangeira para fora do país. Já os importadores também cedem divisas, conforme mencionado na lição.



Os elementos que participam do mercado de câmbio se dividem nos que produzem divisas – trazem dólares para o país, e nos que cedem divisas – remetem dólares ao exterior.

- Os que produzem são: os exportadores; os tomadores de empréstimos e investimentos, quando trazem recursos; os turistas estrangeiros; e os que recebem transferências do exterior.
- Os que cedem são: os importadores; os tomadores de empréstimos, quando remetem ao exterior o principal e os juros; os tomadores de investimentos, quando remetem ao exterior os rendimentos do capital investido (lucros/dividendos); e os que fazem transferências para o exterior.

A relação entre a mudança de percentual na taxa de câmbio à vista, ao longo do tempo, e o diferencial entre taxas de juros comparáveis em diferentes mercados de capitais nacionais é conhecida como o efeito Fisher internacional.

O Fisher-open, como é frequentemente chamado, indica que as taxas de câmbio à vista devem mudar em uma quantidade

A) diferente, mas em direção oposta à diferença nas taxas de juros entre dois países.

ERRADO. O Efeito Fisher Internacional não sugere que as mudanças na taxa de câmbio devem ocorrer em direção oposta à diferença nas taxas de juros.

B) diferente, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.

ERRADO. A teoria sugere que a mudança na taxa de câmbio deve ser igual à diferença nas taxas de juros.

C) desconhecida, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.

ERRADO. O Efeito Fisher Internacional estabelece que a mudança na taxa de câmbio deve ser igual à diferença nas taxas de juros.

D) igual, mas em direção oposta à diferença nas taxas de juros entre dois países.

ERRADO. A teoria sugere que a mudança na taxa de câmbio deve ocorrer na mesma direção da diferença nas taxas de juros.

E) igual, mas na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.

CERTO. O Efeito Fisher Internacional afirma que as taxas de câmbio à vista devem se ajustar em uma quantidade igual e na mesma direção da diferença nas taxas de juros entre dois países.

O Efeito Fisher Internacional é um conceito econômico que busca explicar a relação entre as taxas de juros nominais, as taxas de inflação e as taxas de câmbio entre diferentes países. Segundo a teoria de Fisher, a taxa de juros nominal de um país é composta pela taxa real de juros e pela taxa de inflação esperada. No contexto internacional, o Efeito Fisher Internacional parte do pressuposto de que as taxas de juros reais são idênticas entre diferentes países e, portanto, a diferença entre as taxas de juros nominais reflete a diferença nas expectativas de inflação entre esses países. Isso tende a afetar a taxa de câmbio entre esses países, até que a diferença entre as taxas de juros reais seja idêntica.

O crédito rural abrange diversas modalidades de financiamento aos empresários do setor, desde a fase de produção até o abastecimento dos mercados consumidores.

A modalidade que assegura aos produtores e cooperativas rurais recursos destinados a financiar o abastecimento doméstico e o armazenamento dos estoques excedentes em períodos de queda dos preços é denominada crédito

a) geral

ERRADO. Denomina-se crédito rural geral quando o financiamento não se enquadra em nenhum dos outros programas.

b) especial

ERRADO. Nos termos da Circular BACEN 1.268/1987, conceitua-se como especial o crédito rural destinado a (i) cooperativas de produtores rurais, para aplicações próprias ou dos associados; e (ii) programas de colonização ou reforma agrária, na forma da Lei nº 4.504/1964.

c) de investimento

ERRADO. Crédito rural de investimento é a denominação dada à modalidade de crédito direcionada à aquisição de bens ou serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos.

d) de custeio

ERRADO. Crédito rural de custeio consiste na modalidade de crédito rural utilizada quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita.

e) de comercialização

CERTO. Crédito rural de comercialização é aquele que assegura ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

O anúncio seguinte constava no site do Banco do Brasil no dia 8 de fevereiro de 2021:

"Financiamento de veículos

Financie o seu veículo, novo ou usado, com as melhores opções e taxas reduzidas até 28 de fevereiro. Durante a promoção, é possível financiar* carros novos e seminovos (até 2 anos de fabricação) com condições diferenciadas. Você pode fazer tudo sem precisar comparecer a uma agência. Basta acessar o App BB para simular as condições, escolher a opção que se encaixa no seu orçamento e finalizar a contratação com o envio dos documentos.

*Crédito sujeito à aprovação cadastral e demais condições do produto."

A nota descrita em asterisco (*) destaca que, além da análise cadastral, a aprovação do crédito está sujeita às "demais condições do produto". Uma dessas condições diz respeito à garantia do financiamento que, no caso supramencionado, será o próprio veículo a ser comprado pelo devedor. Trata-se de uma forma de garantia denominada

A) alienação fiduciária

CERTO. FINANCIAMENTO é SEMPRE: alienação fiduciária é uma forma de garantia em que o bem é transferido ao credor (no caso, o banco) como garantia do pagamento da dívida, mas o devedor continua com a posse e uso do bem. Neste caso, o próprio veículo financiado serve como garantia do pagamento do financiamento.

B) aval

ERRADO. O aval é uma garantia pessoal que um terceiro oferece para assegurar o pagamento de uma dívida, normalmente relacionado a títulos de crédito, como duplicatas e notas promissórias.

C) penhor mercantil

ERRADO. O penhor mercantil é uma forma de garantia em que bens móveis são entregues ao credor como garantia de pagamento, mas nesse caso, o devedor perde a posse e o uso do bem penhorado até o pagamento da dívida.

D) fiança

ERRADO. A fiança é uma garantia pessoal prestada por um terceiro (o fiador) que se compromete a pagar a dívida em caso de inadimplência do devedor principal.

E) hipoteca

ERRADO. A hipoteca é uma garantia real em que um bem imóvel é dado como garantia para o pagamento de uma dívida, mas, diferentemente da alienação fiduciária, o devedor continua sendo o proprietário do bem hipotecado.

A principal característica do crédito direto ao consumidor (CDC) é que esse instrumento de financiamento dispensa

A) a necessidade de avalista.

CERTO. O CDC é uma modalidade de empréstimo que não exige a apresentação de um avalista, ou seja, uma pessoa que se responsabilize pelo pagamento da dívida em caso de inadimplência.

B) análise cadastral.

ERRADO. A análise cadastral do cliente é uma prática comum nas operações de crédito, inclusive nas operações de CDC, pois permite à instituição financeira avaliar o perfil do cliente e a capacidade de pagamento da dívida.

C) limite de prazo de pagamento.

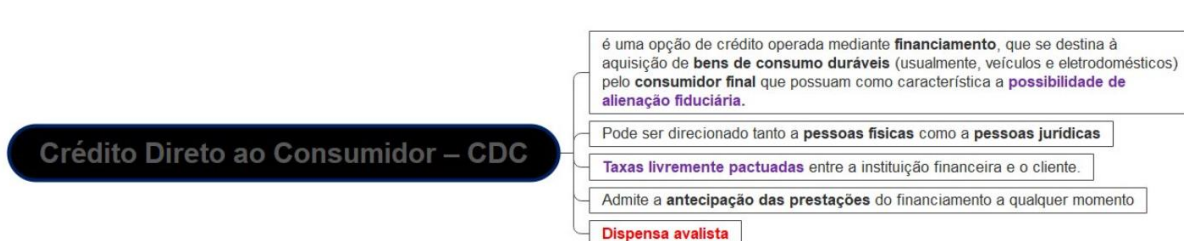
ERRADO. As operações de CDC podem apresentar limite de prazo de pagamento, dependendo das políticas de crédito da instituição financeira. Geralmente, esse limite é estabelecido em contrato e pode variar de acordo com o valor do empréstimo e as condições de pagamento acordadas.

D) limite de crédito.

ERRADO. As operações de CDC podem apresentar limite de crédito, ou seja, um valor máximo que pode ser emprestado ao cliente. Esse limite é definido pela instituição financeira com base no perfil do cliente, na sua capacidade de pagamento e em outras variáveis.

E) identificação do cliente.

ERRADO. A identificação do cliente é uma exigência legal e não pode ser dispensada em nenhuma operação financeira, incluindo as operações de CDC. As instituições financeiras são obrigadas a identificar e verificar a identidade dos clientes de acordo com as normas do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e outras regulamentações aplicáveis.



A modalidade de financiamento à exportação, mediante a qual os agentes financeiros autorizados repassam recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de financiar a fase de produção de bens e serviços orientados para a exportação, é regulada por uma determinada linha de financiamento.

Trata-se da Linha de Financiamento BNDES Exim:

a) Pré-Embarque

CERTO. Trata-se de modalidade de financiamento pré-embarque (antes do embarque da mercadoria ou da prestação do serviço), ou seja, de financiamento concedido ainda no estágio de produção de bens e serviços orientados para a exportação.

b) Pós-Embarque

ERRADO. Trata-se de financiamento à exportação de bens de fabricação nacional, como máquinas e equipamentos, bens de consumo e serviços a eles associados, sendo tal financiamento concedido já no momento da comercialização do bem ou serviço.

c) Pré-Embarque Empresa Âncora

ERRADO. Consiste em financiamento à exportação de bens e serviços, efetuada por intermédio de uma empresa âncora, assim consideradas as trading companies, empresas comerciais exportadoras e demais empresas exportadoras que participem da cadeia produtiva e que adquiram a produção de outras empresas para exportação.

d) Pós-Embarque Serviços

ERRADO. Trata-se de financiamento à exportação de serviços nacionais, como construção civil, serviços de engenharia e arquitetura, de tecnologia de informação, entre outros, concedido no momento de sua comercialização.

e) Pré-Embarque Empresa Inovadora

ERRADO. Consiste em financiamento a empresas com perfil inovador para exportação de bens de capital e serviços de tecnologia da informação (TI) desenvolvidos no Brasil.

N negocia determinado bem através de contrato de leasing. Nos termos dessa espécie contratual, é possível a aquisição do referido bem no final do contrato pelo:

A) custo médio calculado pelo credor

ERRADO. O custo médio calculado pelo credor não é o critério utilizado para determinar o valor de compra do bem ao final do contrato de leasing.

B) percentual de prestações previsto

ERRADO. O percentual de prestações previsto não é utilizado para estabelecer o valor de compra do bem ao final do contrato de leasing.

C) preço residual avençado

CERTO. O preço residual avençado é uma modalidade de leasing financeiro em que o valor residual do bem é definido desde o início do contrato e acordado entre as partes envolvidas. O valor residual é o valor que o locatário pode optar por pagar ao final do contrato de leasing para adquirir o bem definitivamente.

D) prêmio acordado pelas partes

ERRADO. O prêmio acordado pelas partes não é um critério utilizado para estabelecer o valor de compra do bem ao final do contrato de leasing.

E) valor total do bem

ERRADO. O valor total do bem não é utilizado para determinar o valor de compra do bem ao final do contrato de leasing, uma vez que o preço residual avençado já considera a depreciação do bem durante o período do contrato.

Leasing, também conhecido como arrendamento mercantil, é uma modalidade de financiamento em que uma empresa ou instituição financeira adquire um bem (como um veículo, maquinário ou equipamento) e o disponibiliza para uso por outra empresa ou pessoa física, mediante o pagamento de um aluguel.

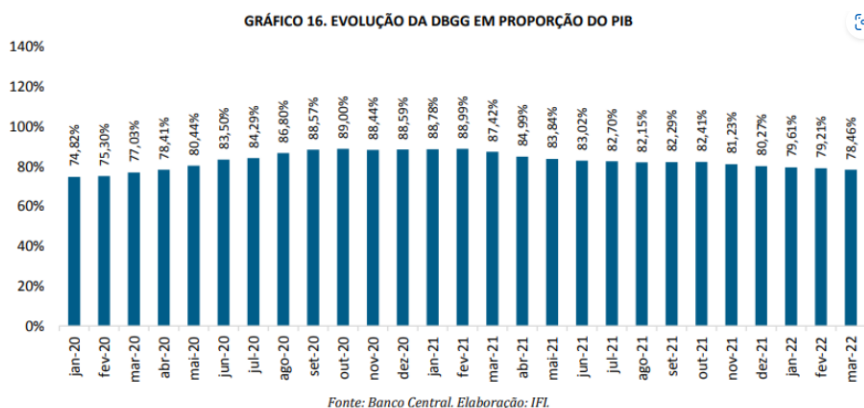
Ao final do contrato de leasing, o locatário pode optar por adquirir o bem por um valor residual, devolvê-lo ou renovar o contrato por um novo período. O leasing é uma opção de financiamento comum em vários setores da economia, como o automobilístico, o de construção civil e o de tecnologia.

Um dos fatos mais comemorados pelos analistas econômicos no Brasil foi a queda histórica das taxas de juros básicas de curto prazo (Selic), ocorrida nos últimos três anos. Entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2021, a Selic havia recuado de 6,75% a.a. para 2,00% a.a.

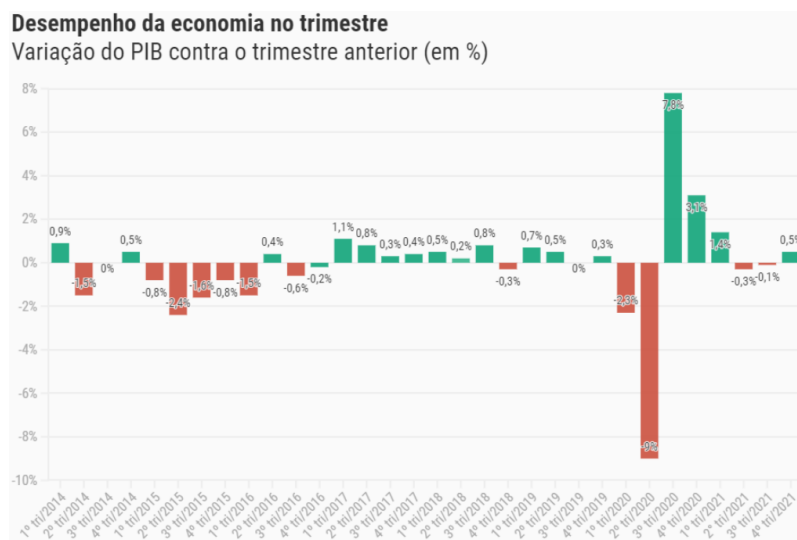
Considerando-se o arcabouço da política monetária vigente no Brasil, baseado no regime de metas para a inflação, os dois fatores que permitiram tamanha queda dos juros básicos no Brasil no período foram a

a) redução da dívida bruta do setor público como proporção do PIB e a prolongada recessão ocorrida no período.

ERRADA. Ao contrário do disposto, houve no período um incremento da dívida bruta do setor público como proporção do PIB. Apenas em março de 2021 esta proporção iniciou um processo de redução, chegando ao patamar de 78,46% março de 2022:



Ademais, ainda que tenha ocorrido um registro de recessão técnica no terceiro trimestre de 2021, não é correto afirmar que presenciamos uma recessão prolongada. O gráfico seguinte nos ajuda a analisar a variação do PIB em relação trimestral desde o primeiro trimestre de 2014. É fato que houve forte impacto decorrente das medidas sanitárias impostas pelo período da Covid, que se estendeu do final de 2019 até meados de 2021. Não obstante, mesmo neste período, a economia brasileira mostrou sinais positivos, descaracterizando o cenário de recessão:



b) queda dos preços das commodities e o menor impacto da desvalorização do real sobre os preços internos.

ERRADA. Ao contrário do disposto, o preço das commodities sofreu uma alta do período abordado, principalmente no tocante à fase de reporte à pandemia. Além disso, o maior impacto da desvalorização do real promoveu o processo inflacionário registrado no período.

c) eficácia dos controles de preços e a melhora das condições externas.

ERRADA. A redução das taxas de juros oficiais pode contribuir para a desaceleração do processo inflacionário, permitindo uma maior eficácia do controle de preços registrado na economia. Não obstante, o cenário percebido no período reportado foi de aceleração do processo inflacionário, fomentado pelo preço das commodities e, principalmente, pela alta de combustíveis. Ademais, o cenário de pandemia refletiu como fator desestabilizante no mercado externo, piorando as condições econômicas no período.

d) ancoragem das expectativas de inflação e o elevado nível médio de capacidade ociosa registrado na economia brasileira no período.

CORRETA. De acordo com o Bacen: A inflação depende de diversos fatores, alguns mais relacionados à política monetária do que outros. Entre os mais dependentes estão as expectativas de inflação. Expectativas ancoradas, significando sua manutenção em torno da meta em qualquer cenário, inclusive após a ocorrência de choques relevantes, tornam menos custosa a ação do Banco Central no combate a pressões inflacionárias. Por esse motivo a ancoragem das expectativas é vista como elemento chave para a política monetária.

A ancoragem das expectativas de inflação, portanto, funciona como um promotor das políticas monetárias implementadas pelo governo. Com esta perspectiva de estabilização do cenário econômico nacional, as políticas desenhadas tornam-se mais assertivas, permitindo a incorporação de instrumentos promotores da atividade econômica, como a redução da taxa de juros básica.

Ademais, o nível de capacidade ociosa registrada no período também demanda medidas que busquem estimular a economia, como a redução da taxa de juros (Congresso Nacional):

Em 2019, a consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas permitiram a redução consistente da taxa básica de juros (Selic). O ciclo de redução teve início em outubro de 2016, após período de quinze meses em que a taxa básica se encontrava em 14,25% a.a. Os decréscimos se estenderam até maio de 2018, quando a Selic atingiu 6,5% a.a. Entendia-se, naquele momento, que a decisão refletia a mudança no balanço de riscos para a inflação prospectiva que envolvia, primordialmente, uma reversão do cenário externo para as economias emergentes, tornando o cenário mais desafiador.

A taxa básica de juros foi mantida em 6,50% a.a. até início de novo ciclo de cortes na reunião de julho de 2019. Naquela reunião (224º reunião do Copom), o Comitê avaliou que a conjuntura econômica com expectativas de inflação ancoradas, medidas de inflação subjacente em níveis confortáveis, projeções que indicavam inflação em 2020 em torno ou abaixo da meta e elevado grau de ociosidade na economia prescrevia política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Adicionalmente, contribuiu para a decisão do Copom a avaliação de que a reforma da previdência, aprovada pela Câmara dos Deputados em meados do ano, contribuiria para a redução gradual da taxa de juros estrutural da economia na medida que reduziria o ritmo de crescimento dos gastos do governo, aumentando a poupança pública, geraria incentivos para aumento da taxa de poupança por parte da população, e melhoraria as perspectivas de sustentabilidade fiscal.

e) queda dos preços dos alimentos e a redução dos spreads bancários.

ERRADA. Como já informado, o período mencionado foi marcado pela aceleração do processo inflacionário, sobretudo no tocante às commodities (que refletem no preço de alimentos e combustíveis). O incremento de preços surte efeito contrário sobre o controle da taxa de juros, fomentando sua elevação como medida para a redução da circulação da moeda e, por conseguinte, redução da inflação registrada.

Em relação aos spreads bancários, a relação de influência de da taxa de juros básica para a redução do spread, e não do contrário. Quanto menor a taxa de juros, menor o custo de captação pelas instituições financeiras e, por conseguinte, maiores as possibilidades de redução do spread bancário.

Um gerente de instituição financeira é responsável por gerir os financiamentos imobiliários realizados durante longo período. Após realizar treinamento no Banco Central, fica curioso com a atuação das Sociedades de Crédito que, nos termos das normas aplicáveis, integra o

A) Sistema de Apoio Popular

ERRADO. de Apoio Popular, não é uma entidade conhecida ou existente no contexto financeiro brasileiro.

B) Sistema Minha Casa Minha Vida

ERRADO. Sistema Minha Casa Minha Vida, é um programa habitacional criado pelo Governo Federal em 2009, com o objetivo de possibilitar o acesso à casa própria a famílias de baixa renda.

C) Sistema Financeiro de Habitação

CERTO. Financeiro de Habitação (SFH), foi criado em 1964 e é composto por um conjunto de instituições financeiras, como bancos e Caixa Econômica Federal, com o objetivo de fomentar o crédito imobiliário e viabilizar o acesso à casa própria aos brasileiros. O SFH é regulado pelo Banco Central do Brasil.

D) Sistema de Poupança Nacional

ERRADO. Sistema de Poupança Nacional, não é uma entidade conhecida ou existente no contexto financeiro brasileiro.

E) Sistema Garantidor de Crédito

ERRADO. Sistema Garantidor de Crédito, é um conjunto de instituições e fundos que têm como objetivo garantir a estabilidade do sistema financeiro e a segurança dos investidores. O Fundo Garantidor de Crédito (FGC) é um dos principais órgãos que compõem esse sistema, responsável por garantir os depósitos bancários em caso de falência ou liquidação da instituição financeira.

Leia as considerações seguintes sobre o expressivo crescimento das criptomoedas nas movimentações financeiras internacionais.

"Criptomoeda, ou moeda criptografada, é um ativo digital denominado na própria unidade de conta que é emitido e transacionado de modo descentralizado, independentemente de registro ou validação por parte de intermediários centrais, com validade e integridade de dados assegurada por tecnologia criptográfica e de consenso em rede. Trata-se de instrumentos desenhados para viabilizar transferências de valores em rede de maneira segura e independente de um sistema de intermediação financeira (...). Outro aspecto econômico que merece destaque é o lado político-econômico da atribuição de valor a uma moeda. As moedas estatais de curso forçado contam não apenas com reservas legais, mas também com uma infraestrutura estatal ou privada (fortemente regulada) e com as políticas monetária e cambial oficiais (...). Muitas criptomoedas, mesmo que funcionem como instrumentos descentralizados, têm grande parte de sua base monetária em poder da organização que a desenvolveu."

O texto sugere que o mercado de criptomoedas é fonte de enorme instabilidade e preocupação dos bancos centrais, porque as empresas emissoras desses ativos monetários

a) são reguladas pelos bancos centrais.

ERRADA. Uma das principais características das criptomoedas é a descentralização de sua emissão, processada por unidades distribuídas de liquidação e controle de transações, denominadas livros razão (blockchain).

A descentralização é fundamental para a existência das criptomoedas, pois tal característica permite a emissão e a operação das transações pertinentes sem a interferência de uma entidade controladora única, como um Governo. Assim, as transações são registradas e processadas pelos próprios usuários, sendo a fidedignidade do sistema mantida pela integração das informações que são por todos compartilhadas, e independente de regulação dos bancos centrais.

b) têm enorme capacidade de manipulação da taxa de câmbio entre a criptomoeda emitida e os demais ativos digitais.

CORRETA. Esta é a proposta da autora mencionada: Muitas criptomoedas, mesmo que funcionem como instrumentos descentralizados, têm grande parte de sua base monetária em poder da organização que a desenvolveu, o que garante a tal entidade um grande poder de manipulação de taxa de câmbio entre esse e outros ativos digitais (STELLA, 2017, p. 156).

c) conseguiram transformá-los no principal meio de troca utilizado nas transações financeiras internacionais.

ERRADA. Apesar da intensa ampliação do uso e das transações realizadas com criptomoedas, não se pode afirmar que tais ativos foram transformados no principal meio de troca utilizado nas transações financeiras internacionais. Muito de sua utilização ainda se concentra na especulação financeira, ou com finalidades de investimento, mas as transações financeiras internacionais ainda se concentram nas moedas emitidas por Estados constituídos (como dólar, euro etc.).

d) vinculam a unidade de conta da criptomoeda às principais moedas conversíveis, como o dólar norte-americano e o euro.

ERRADA. Não existe tal vinculação. A característica primordial das criptomoedas, como já mencionado, é a descentralização de sua emissão e processamento de operações.

e) forçam o enquadramento das criptomoedas emitidas na mesma categoria das demais moedas eletrônicas já existentes.

ERRADA. Conforme estabelecido pelo Bacen, no Comunicado nº 25.306/2014, as criptomoedas ou moedas virtuais não se confundem com a moeda eletrônica prevista na Lei nº 12.865/2013. Conforme disposto no citado normativo: "Moedas eletrônicas, conforme disciplinadas por esses atos normativos, são recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento denominada em moeda nacional. Por sua vez, as chamadas moedas virtuais possuem forma própria de denominação, ou seja, são denominadas em unidade de conta distinta das moedas emitidas por governos soberanos, e não se caracterizam dispositivo ou sistema eletrônico para armazenamento em reais."

O Pix possui uma estrutura flexível e aberta de participação a fim de garantir o acesso e o surgimento de participantes que ofertem serviços inovadores e diferenciados que atendam às necessidades dos usuários finais. A participação no Pix é obrigatória para as instituições financeiras e para as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tenham uma quantidade de contas de clientes ativas acima de

A) 100.000

B) 200.000

C) 300.000

D) 400.000

E) 500.000

Conforme disposto pelo Bacen, a participação no PIX é obrigatória para instituições financeiras e instituições de pagamento, autorizadas a funcionar pelo BC, que tenham mais de 500.000 contas transacionais ativas (Resolução BCB nº 1/2020):

Art. 3º A participação no Pix é obrigatória para as instituições financeiras e para as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com mais de quinhentas mil contas de clientes ativas, consideradas as contas de depósito à vista, as contas de depósito de poupança e as contas de pagamento pré-pagas.

Portanto, CORRETA a letra E.